

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

TAIS BARCELLOS DE PELLEGRINI

**A (DES) ATENÇÃO AOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA:
ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE UM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA
ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.**

São Leopoldo

2009

TAIS BARCELLOS DE PELLEGRINI

**A (DES) ATENÇÃO AOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA:
ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE UM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ÀS
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.**

Dissertação apresentada à Universidade do Vale
do Rio dos Sinos como requisito parcial para
obtenção do título de **Mestre em Saúde Coletiva**

Orientador: Prof^a. Dra. Paula Sandrine Machado

São Leopoldo
2009

Ficha catalográfica

P386d Pellegrini, Tais Barcellos
A (des) atenção aos homens autores de violência: estudo etnográfico sobre um serviço de assistência às mulheres vítimas de violência / por Tais Barcellos Pellegrini. – 2009.
93 f. : 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2009.
“Orientação: Prof^a. Dr^a. Paula Sandrine Machado”.

1. Violência conjugal. 2. Vítimas de violência – Serviço de atendimento. 3. Homens. 4. Masculinidade. I. Título.

CDU 316.647.3-055.2

Catálogo na Fonte:
Bibliotecária Vanessa Borges Nunes - CRB 10/1556

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de valiosas contribuições de muitas pessoas que estiveram presentes em minha trajetória como psicóloga, mestranda em Saúde Coletiva e pesquisadora. A essas pessoas especiais revelo meu grato reconhecimento.

Agradeço primeiramente à minha família que, em todas as etapas desse mestrado, esteve comigo, encorajando-me e acreditando em minhas conquistas. À minha mãe, principalmente, por ser um modelo de respeito à vida, de quem me orgulho por prestar atenção e amor às pessoas que cuidou e cuida ao longo de sua carreira profissional como médica do Programa da Saúde da Família. Agradeço também pela companhia nos eventos, nos quais necessitava viajar e ela esteve sempre disponível e me acompanhando. Ao meu pai, por sempre valorizar os meus passos com palavras e atitudes de incentivo, orgulho e amor. Ao meu irmão, por me apoiar nos momentos difíceis, nos quais tirava minhas dúvidas em relação à dissertação e por representar um modelo de paciência e perseverança em seu caminho como doutorando no atual momento.

Agradeço aos professores desse curso, sobretudo à professora Stela Meneghel, por me acompanhar no início desta dissertação com paciência, responsabilidade e carinho. À minha atual orientadora, professora Paula, que se fez presente nos escritos da dissertação com grande compromisso, eficiência, carinho e encorajamento. Agradeço imensamente pelo prazer que tive por compartilhar seus aprendizados comigo e, em especial, por contribuir com meu crescimento pessoal e profissional como pesquisadora. Aos demais professores, por acreditarem nas minhas capacidades e serem mestres no dom de ensinar e passar os seus conhecimentos com seriedade e desprendimento.

Agradeço aos colegas e amigos pelo apoio em diferentes momentos: nas discussões em sala de aula, pela troca de conhecimentos e ajuda mútua nos grupos de estudos e pelo suporte emocional. Às minhas queridas amigas que participaram dessa etapa de minha vida com carinho e estiveram presentes nos momentos que eu necessitava de descontração: Aline, Bibiana, Caren, Michele, Melissa, Marlise, Manuela, Melina, Maria Tereza, Emanuele e minha prima Ana, entre outras.

Sou grata também a todas as pessoas que me acolheram no serviço em que realizei a pesquisa. Agradeço à professora Nádia pelas sugestões e ajuda na elaboração do trabalho.

Por fim, agradeço ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, através da bolsa de mestrado concedida ao longo desses dois anos de curso (2007-2009).

RESUMO

A (des) atenção aos homens autores de violência: estudo etnográfico sobre um serviço de assistência às mulheres vítimas de violência.

O objetivo do estudo é analisar a situação de atendimento ao homem que comete violência contra a mulher em um serviço de atendimento às mulheres em situação de violência conjugal de uma cidade de médio porte do Rio Grande do Sul. Foi utilizado o método etnográfico, com observação participante no contexto do serviço. Buscou-se, ainda, analisar o trajeto que o homem agressor percorria na instituição e os encaminhamentos dados a essa demanda. Foi também contatado o Fórum e a Delegacia de Mulheres do Município. A análise indica que as concepções das operadoras sociais sobre a violência conjugal influenciam as práticas utilizadas no atendimento às vítimas e autores de violência. Em relação ao atendimento ao homem autor de violência, destacam-se os seguintes elementos: a resistência do serviço, a centralização do atendimento às vítimas, a patologização do autor, a ideia de transgeracionalidade da violência, o dualismo homem-agressor e mulher-vítima e a existência de encaminhamentos do autor de violência, sobretudo a serviços de saúde mental, como tendência marcante do serviço. Todos esses aspectos concorrem para a dificuldade da instituição em desenvolver ações voltadas ao enfrentamento da violência conjugal que incluam os homens e, conseqüentemente, favorecem o afastamento desses mesmos homens do local. Foram constatados, assim, descompassos entre o preconizado na Lei Maria da Penha e a sua efetiva implementação no cotidiano do serviço.

Palavras-chave: Violência conjugal. Serviço de atendimento às vítimas de violência. Homens. Masculinidades.

ABSTRACT

The (non) assistance for the male aggressor: an ethnographic study about the counseling service for women victims of marital violence

The aim of this study is to analyze the situation of assistance for men who commit violence against women. The assistance is offered in a counseling program, which provides aid for women in marital violence situation, by an institution in a medium-sized city in Rio Grande do Sul. Data were collected through ethnographic approach, especially through participant observation. Both the trajectory of the male-aggressor in the institution and the follow-ups for the local needs were analyzed. The local Courthouse and the All-Female Police Station were also contacted for the purposes of this study. Analysis shows that the social operators' conceptions regarding marital violence influence the practices employed in dealing with the victims and aggressors. In relation to the assistance for men who commit violence, the following features are highlighted: resistance to the service, aiding focused on the victims, pathologization of the aggressor, violence as a transgenerational feature, the male-aggressor and female-victim dualism and the existence of follow-up actions for the aggressor, mainly directing him to mental health care programs, as a core tendency of this counseling program. All these features contribute to the institution's difficulties in developing actions to face marital violence that include men and, consequently, make it possible to maintain these men away from the place. Thus, some incongruence was found between what is prescribed by the Maria da Penha Law and its actual implementation in the routine of the counseling program offered by the institution.

Keywords: marital violence – counseling programs to victims of violence – men – masculinities

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
PROJETO DE PESQUISA.....	10
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Justificativa e Objetivo do Estudo.....	13
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
2.1. O Espaço Doméstico como Lócus de Violência Conjugal.....	15
2.2. A Construção da Masculinidade.....	17
2.3. Situação de Atendimento – Conduta com os Autores de violência.....	23
3. TRAJETO METODOLÓGICO.....	29
3.1. Tipo de Pesquisa.....	29
3.2. Campo de Estudo.....	30
3.3. Participantes da Pesquisa.....	31
3.4. Coleta das Informações.....	31
3.5. Análise das Práticas Discursivas.....	32
4. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	35
5. CRONOGRAMA.....	36
6. ORÇAMENTO.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
ANEXOS.....	42
Carta de Apresentação à Instituição.....	42
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	43
RELATÓRIO DE CAMPO.....	44
1. ANTECEDENTES DA PESQUISA.....	45
2. O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA (SA).....	49
2.1 FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	50
3. CAMINHOS DA PESQUISA: ENTRADA EM CAMPO E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO UTILIZADAS.....	53
4. ENTRANDO E PERCURSO EM CAMPO.....	55
4.1 Observação dos atendimentos aos autores de violência.....	58

4.2 Supervisões coletivas e reuniões informais.....	59
4.3 Retorno ao SA e a questão da rede de assistência à violência contra mulher.....	60
5. PERSEGUINDO A ROTA DE ASSISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER.....	62
5.1 Entrevista na Delegacia de Mulheres.....	63
5.2 Entrevista no foro.....	64
6. ANÁLISE.....	65
REFERÊNCIAS.....	67
ARTIGO.....	68

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento às exigências e instruções da Unidade Acadêmica, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), esta dissertação está dividida em três partes:

- 1) “Projeto de Pesquisa”, que foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS);
- 2) “Relatório de Campo”, no qual serão apresentados os caminhos percorridos pela pesquisa, ou seja, as etapas do trabalho de campo e os aspectos metodológicos envolvidos;
- 3) “Artigo” (Formatação da revista “Cadernos de Saúde Pública”).

A presente pesquisa traz como tema a violência de gênero perpetrada pelo companheiro. O objetivo geral foi investigar o atendimento prestado aos homens autores de violência em um serviço de assistência psicossocial e jurídica voltado às situações de violência contra mulheres, localizado em uma cidade do Rio Grande do Sul. Analisou-se, assim, o trajeto que o homem percorria na instituição bem como os encaminhamentos dados a essa demanda.

Para fins da pesquisa, foram considerados operadores/as sociais aqueles/as que realizavam atendimento psicossocial (individual ou em grupo) a pessoas que sofreram e/ou vivenciaram situação de violência e aos homens autores de violência contra a mulher. Esses autores de violência eram homens que praticaram algum tipo de violência contra a mulher (parceira, companheira) e que estavam em atendimento no serviço mencionado no momento em que foi realizada a pesquisa.

PROJETO DE PESQUISA

1 INTRODUÇÃO

Em 1990, a violência contra a mulher foi considerada um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A Convenção de Belém do Pará conceituou a violência contra a mulher como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher no âmbito público ou privado. A violência de gênero baseia-se em relações desiguais entre homens e mulheres, calcadas em modelos de feminilidade e masculinidade hegemônicos exercidos na sociedade (SCHRAIBER, D'OLIVEIRA, FRANÇA-JÚNIOR e PINHO, 2002).

Uma das possíveis causas do aumento da prevalência de violência de gênero decorre da possibilidade que as mulheres têm de romper o silêncio, fazer uma queixa e enfrentar a situação de violência. Entretanto, em muitas famílias, a possibilidade de revelar a violência não assegura às mulheres o direito de viverem seguras, já que a denúncia pode significar um aumento na quantidade e gravidade das agressões (SATTTLER, 2000).

A violência conjugal foi silenciada por muito tempo e, em muitas situações, ocupa um “lugar secreto” na conjugalidade, acarretando consequências para a saúde emocional das mulheres e seus filhos. Porém, devido à ação do movimento feminista, nos anos 1970 e 1980, a violência contra a mulher adquiriu visibilidade pública e caráter político. No Brasil, três décadas de ativismo no enfrentamento da violência contra a mulher e no desenvolvimento de respostas institucionais contribuíram para tornar a violência mais visível e menos aceitável. Contudo isso não implicou na cessação dos atos de violência nas famílias, considerando seus índices elevados e recorrentes (SCHRAIBER, D'OLIVEIRA; FRANÇA-JUNIOR, DINIZ, PORTELLA, LUDERMIR; VALENÇA & COUTO, 2007).

É bastante difícil estabelecer com precisão o número de mulheres em situação de violência conjugal, devido à existência de poucas pesquisas e ao fato de que muitas dessas mulheres não procuram auxílio. Um estudo com 24.000 mulheres em mais de 30 países, com o objetivo de verificar os efeitos da violência física e sexual na saúde física e mental, constatou que entre 19 e 55% das mulheres agredidas fisicamente pelo companheiro também haviam sofrido violência psicológica (ELLSBERG, JANSEN, WATTS & MORENO, 2008).

Estudos sobre a prevalência de violência no Brasil apontam que de 23 a 44% das mulheres estão sujeitas à violência de gênero. Na cidade de Porto Alegre, observou-se que 52% das mulheres atendidas em um serviço de atenção básica revelaram ter sofrido violência física, psicológica ou sexual por parte do companheiro (KRONBAUER E MENEGHEL, 2004). Em São Paulo, a frequência de violência entre as usuárias de um centro de saúde da rede pública identificou situações repetitivas e paulatinamente mais graves; além disso, a violência nas relações de gênero não é reconhecida nos diagnósticos realizados nos serviços de saúde, configurando um problema de ser abordado (SCHRAIBER et al, 2002).

Nesse contexto, foi realizada uma pesquisa na Fundação Perseu Abramo, em 2001, com mulheres acima de 15 anos. Na análise de 5.502 entrevistas, evidenciou-se que a violência contra as mulheres está bastante ligada ao ambiente privado. Nos 187 municípios pesquisados nas cinco regiões do Brasil, estimou-se que uma mulher é agredida a cada 15 segundos por uma pessoa com quem mantém uma relação afetiva. Acrescenta-se que 70% dos crimes contra as mulheres acontecem em casa e o agressor é o marido ou companheiro (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2001).

Apesar de a violência conjugal ser uma ameaça à saúde e bem-estar dos envolvidos, as mulheres têm dificuldades para romper com a violência perpetrada pelo companheiro/marido. A violência física, sexual e psicológica pode levar ao aparecimento de problemas emocionais para a mulher que é vitimizada e para crianças e/ou adolescentes que assistem ou participam na cena de violência. Muitas mulheres não conseguem romper com situações que contêm violência e permanecem nessa situação por longo tempo, devido aos sentimentos de medo, submissão à autoridade e insegurança, que reforçam atitudes passivas diante dos abusos. A situação de violência conjugal compreende uma dinâmica que leva, frequentemente, essas mulheres não só a perceberem suas vidas como insatisfatórias, mas a si mesmas como culpadas ou merecedoras de tal situação. Por outro lado, mesmo caladas e aparentemente passivas, elas elaboram estratégias de enfrentamento e resistência às violências (MENEGHEL, 2007).

Apesar da existência de projetos vinculados à justiça, saúde e assistência social (delegacia de polícia de defesa da mulher, casas de passagem, Ministério Público, promotoria, etc.) direcionados a oferecer suporte emocional às mulheres que vivenciam a violência, poucos trabalhos têm sido realizados com o agressor.

Estudos para avaliar programas de atendimento aos agressores observaram que muitos desses homens não buscam ajuda e agem de acordo com os padrões socialmente aceitos de masculinidade. Grupos de atendimento aos homens podem produzir aprendizagens e experimentação de novas relações entre o homem e a mulher na conjugalidade, enquanto os programas de atendimento aos homens que cometem agressões contra as mulheres representam uma opção ainda pouco implementada, que permite descristalizar modelos de convivência baseados em relações hierárquicas e desiguais (CASA NOVA, 2005).

1.1 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DO ESTUDO

As transformações sociais, culturais e econômicas do mundo atual têm levado o homem a participar mais efetivamente do cotidiano familiar, sobretudo no que se refere aos cuidados com os filhos. Um novo modelo de pai tem surgido e recebido diversas denominações como o novo pai, pai-mãe, entre outros. Não se trata apenas de mera troca de lugar, mas a construção de um outro lugar e de outros sentidos, embora isso aconteça predominantemente nas classes médias urbanas (GALASTRO E FONSECA, 2007). Apesar das mudanças, os homens ainda demonstram dificuldades para assumir novas identidades masculinas, possivelmente pela influência da cultura patriarcal que valoriza os modelos normativos e tradicionais de gênero (SCHRAIBER, GOMES & COUTO, 2005).

O homem que comete algum tipo de violência contra a mulher tem recebido rótulos patologizantes e a violência tem sido atribuída às condições biológicas, doenças, álcool e drogas. A maioria dos supostos agressores não tem acesso a qualquer tipo de intervenção socioeducativa e, mesmo diante da oportunidade de utilizar serviços de apoio, esses homens abandonam o atendimento com elevada frequência. Alguns referem sentimentos de vergonha e culpa pois a maioria era mulher. Além de valorizarem os papéis masculinos tradicionais. Essa situação pode prejudicar os resultados obtidos por esses serviços e seu impacto na redução das violências. Outros não mostram interesse e há os que colocam a culpa nas vítimas, eximindo-se de qualquer responsabilidade (SCHRAIBER et al, 2005).

Além disso, há poucos estudos e pesquisas sobre os autores de violência contra a mulher, apontando, também, a necessidade de conhecer e avaliar os serviços de atendimento a

esses homens. Sabe-se que estudar as ações que estão sendo prestadas ao autor de violência conjugal e investigar os serviços que lhe são oferecidos pode contribuir para melhorar esse atendimento. Também é importante estudar o modo como se constroem as masculinidades/feminilidades em nossa cultura e de que forma essas definições se constituem enquanto categorias para as pessoas que atendem aos autores de violência. Neste estudo, será investigado o trajeto que o homem percorre em uma instituição que atua no tema, quem faz o acolhimento, como é realizado o atendimento e para onde ele é encaminhado.

Este estudo tem como objetivo analisar o atendimento prestado a homens que cometem violência contra a mulher em um serviço de assistência psicossocial e jurídica. Objetiva-se também compreender o trajeto que o autor de violência percorre na instituição e os encaminhamentos dados a essa demanda.

A revisão de literatura está organizada de forma a apresentar algumas reflexões conceituais acerca da violência contra a mulher, masculinidade, locais que atendem homens autores de violência conjugal e dispositivos de poder. Dentre as questões que serão abordadas, estão os fatores que podem influenciar a manutenção da violência conjugal, como: crenças e valores familiares e institucionais, isolamento social, dificuldade de ter acesso à rede de apoio, presença de hierarquias de poder entre homens e mulheres.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ESPAÇO DOMÉSTICO COMO LÓCUS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

A Família é o grupo social básico da estrutura da sociedade, formado por pessoas que se relacionam entre si, por meio de ligações de parentesco ou afinidade e que estabelecem relações idealmente estáveis ou com equilíbrio de poder. No entanto, desigualdades no uso do poder, atitudes autoritárias e violência são comportamentos comuns dentro do grupo familiar.

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (IBGE, 1988) mostra que, na Região Sudeste, 55% das mulheres agredidas foram vítimas de alguma forma de violência no espaço doméstico, e 67% das agressões foram perpetradas por parentes ou conhecidos (ALMEIDA & COSTA, 2002). É importante ressaltar que geralmente são situações de caráter crônico, nas quais se mesclam os diferentes tipos de violência. A violência conjugal ocorre em elevada magnitude embora muitas vezes naturalizada ou invisibilizada.

A perspectiva de gênero ajuda a entender que os modelos de masculinidade e feminilidade são construções sociais, históricas e culturais. Não nascemos homens ou mulheres, tornamo-nos homens e mulheres. A construção social da masculinidade/feminilidade acontece por meio da ideologia de gênero veiculada pelas instituições sociais, como a família, a igreja e a escola. As identidades sexuais são construídas na cultura e reforçadas pelos estereótipos sociais que reproduzem e naturalizam determinadas atitudes como se fossem próprias do comportamento masculino, como a força e a agressividade. Por outro lado, incentiva-se o comportamento de passividade, docilidade e disponibilidade da mulher tanto na assunção de papéis familiares e sociais como no cuidado aos membros da família.

Assim, na maioria das vezes, a função social do homem-abusador está marcada por conceitos machistas e de abuso de poder que legitimam ações de comando e submissão das esposas, mulheres e meninas da família (NARVAZ & KOLLER, 2004; DINIZ, et al, 2003). As assimetrias de gênero favorecem a irrupção das violências, já que essa violência é

manifestada por relações desiguais impostas por aqueles que detêm poder sobre aqueles que têm o menor poder (FOUCAULT, 1996).

Scott (1995), ao conceituar o termo gênero, utiliza a mesma noção relacional de poder de Foucault. Para Foucault (1996), o poder é entendido a partir de relações que não se estabelecem de forma centralizada e repressiva. No entanto, entende-se que o sujeito é constituído a partir de práticas, relações de poder que produzem o seu discurso e a sua subjetividade. O gênero é produto de tecnologias discursivas de poder, as quais determinam diferentes normas de comportamento masculinas e femininas elaboradas no interior de relações e práticas de poder e saber. Esses discursos influenciarão na formação do sujeito, assim como o sujeito influenciará a constituição do discurso vigente em um dado momento histórico. Assim, os discursos institucionalizam-se devido à articulação com as instituições apoiadas no Estado e se consolidam, principalmente, na família (FOUCAULT, 1996).

A educação generificada das mulheres e dos homens assegura a desigualdade de direitos e deveres entre o homem e a mulher. Embora o fenômeno da desigualdade de gênero seja antigo, construído culturalmente, é preciso considerar que essa diferença pode acarretar prejuízos na saúde e qualidade de vida tanto das mulheres, quanto de seus familiares. Na luta pela conquista de direitos reivindicados pelas mulheres, o combate à violência é uma ação da esfera pública, na qual se utiliza a ação do Estado para a garantia de direitos, fazendo com que essa deixe de ser considerada um problema privado. O feminismo como movimento social critica as estruturas sociais fundamentadas em bases hierarquizadas de gênero e contesta as discriminações e as relações de poder estabelecidas na sociedade (SCHIMIDT, 2004).

No Brasil, os movimentos feministas surgiram no contexto da história dos partidos de esquerda que lutavam contra a ditadura militar. O feminismo vem se modificando desde as doutrinas originais. Todavia, os vários feminismos têm uma base comum caracterizada pela luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres. O movimento feminista mostrou as desigualdades entre homens e mulheres e denunciou as discriminações historicamente baseadas em relações de poder desiguais. A partir das diferenças entre as correntes de pensamento, as feministas têm mostrado a opressão vivida por algumas mulheres, sobretudo na família e no mercado de trabalho, consolidando, no final dos anos 70, o campo de estudos de gênero (SCHIMIDT, 2004).

As relações de gênero são atravessadas pelas desigualdades que geram desequilíbrios de poder nas interações familiares e sociais. As violências constituem a principal forma de manutenção do poder daqueles que assumem o poder em relação aos dominados. Assim, estudar a violência na perspectiva de gênero desnaturaliza esse fenômeno e passa a considerá-lo um evento no qual o poder assume um importante papel, porque se torna referência para a construção de identidades masculinas e femininas.

2.2 CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE

A desigualdade de gênero presente nos processos de socialização de meninos e meninas é um dos pilares da submissão feminina e da legitimação da violência contra a mulher na sociedade. O patriarcado representa um sistema de dominação que vem de longa data e a opressão patriarcal, ditada pela família e outras instituições sociais (a escola e a igreja, como exemplos) legitimam comportamentos de dependência e inferioridade das mulheres em relação ao homem. Por outro lado, muitas mulheres pertencentes aos setores médios da sociedade têm procurado romper com esse modelo. Inúmeros casais se instituem na atualidade de acordo com crenças e modelos de convivência mais igualitários. Autores apontam que, historicamente, as sociedades humanas nem sempre foram patriarcais, visto que as sociedades primitivas organizavam-se em torno das mulheres, que dividiam com os homens as funções de coleta de alimentos e cuidados com os filhos (NARVAZ & KOLLER, 2006).

Nesses termos, Machado (2000) defende a existência de um “patriarcado contemporâneo”, que foi alterando suas configurações para constituir o patriarcado moderno. Pateman (1993) define o patriarcado moderno como uma reformulação do modelo patriarcal tradicional que determinava a submissão das mulheres a um pai. A autora aponta, nesse sentido, que ainda hoje se mantém na sociedade o poder do homem na conjugalidade, como se cada homem tivesse o direito natural de domínio sobre a mulher.

Scott critica a teoria do patriarcado porque a diferença física (força e reprodução biológica) funciona como único elemento de explicação para a desigualdade de gênero. No Brasil Colônia, a forma de organização familiar mais comum era a família patriarcal extensa,

na qual a figura do patriarca detinha todo o poder, enquanto as mulheres permaneciam confinadas no espaço doméstico junto com as crianças, os serviçais e os escravos. No século XIX, começa a vigorar uma nova configuração: a família nuclear burguesa, apoiada pelos médicos e pensadores higienistas. A atribuição do papel de cuidadora à mulher foi construída pelo higienismo ancorada na crença de que a mulher devia responsabilizar-se pela saúde, alimentação e bem-estar dos filhos, idosos e pessoas do núcleo familiar. Na atualidade, a mídia veicula discursos contraditórios, às vezes incentivando, outras culpabilizando as mulheres que não se dedicam exclusivamente aos cuidados com a casa e que não se limitam aos papéis patriarcais de mães e esposas dedicadas (NARVAZ E KOLLER, 2006).

Apesar de tal comportamento ainda perdurar nas famílias, outras configurações aparecem rompendo com os ditames tradicionais. Um fato que produziu mudanças foi a entrada da mulher no mercado de trabalho. Destaca-se, ainda, o aumento paulatino de famílias monoparentais, em que as mulheres são as provedoras ou mesmo situações em que as mulheres ocupam o papel de chefes de família.

De qualquer forma, poucos são os estudos que se preocupam em compreender as consequências do patriarcado sobre os próprios homens. Sabe-se que a forma como se constroem as diferentes masculinidades oferece determinados modelos de ser homem e um conjunto de comportamentos normatizados e estereotipados (KNAUTH, VÍCTORA, LEAL, 2005).

Pesquisas acerca das violências ligadas à questão do gênero têm ampliado a perspectiva de escuta e intervenção e passou-se também a ouvir os agressores (MACHADO, 2004), mostrando que esses homens são igualmente vítimas de uma configuração social de gênero que os enreda em relações violentas. Entende-se que, na sociedade atual, o papel social aceito para os homens autores de violência é aquele que os torna agressores e agentes da violência, forçando-os a provas de masculinidade. Assim, pode-se dizer que, em muitas pesquisas sobre a violência contra as mulheres, em que as relações de poder estão fixadas como de domínio masculino, torna-se dificilmente assimilável a ideia do homem como vítima de um ato violento, principalmente devido ao fato de tal construção social permanecer naturalizada.

Um exemplo de construção social do que pode ser considerado como identidade masculina na sociedade atual foi descrito na pesquisa de Sarti, Barbosa e Suarez (2006) sobre

a formulação social da violência sexual contra o homem. Nessa pesquisa, foi percebida a dificuldade de identificar o homem como vítima e não como o agressor sob o olhar de profissionais do hospital municipal de São Paulo. Na análise das falas dos profissionais, os autores puderam constatar a associação entre ser vítima de violência sexual e a homossexualidade. Na representação social dos profissionais sobre a violência, apenas os homens homossexuais podem ser penetrados, portanto, violentados. O que faz um corpo masculino passível de violência sexual, nesse sentido, é a sua suposta homossexualidade, mas não se reconhece o corpo masculino de um homem heterossexual como um corpo penetrável por um ato violento, ainda que contra sua vontade e desejo (SARTI, BARBOSA E SUAREZ, 2006). Nesse caso, mulheres e homens com sexualidades que escapam do padrão dominante são configurados como vítimas das violências pautadas no gênero.

As transformações ocorridas na sociedade atual podem gerar dificuldades quanto à constituição da nova identidade masculina. Dentre essas mudanças, estão: as novas configurações familiares, pluralidade de papéis e identidades sociais, redefinição do papel de pai, maior preocupação com o corpo. Assim, surge uma nova condição masculina, determinada por modelos de gênero que incidem sobre a subjetividade do homem atual. A cultura e a sociedade condicionam, em parte, a descrição do sujeito por meio de modelos normativos de gênero e sexuais, sem se importar com as construções singulares de cada sujeito (SILVA, 2006). Sabemos que a identidade sexual e de gênero são processos impostos e cobrados direta ou indiretamente pela sociedade, prevalecendo a heterossexualidade como modelo normativo único e constitutivo das subjetividades da maioria dos homens.

Nesse contexto, Silva (2006) define identidade de gênero como o conjunto de traços construídos na cultura que determinam comportamentos e modos de vestir, falar e agir socialmente aceitos para homens e mulheres. Assim, homens e mulheres têm identidades de gênero moldadas a partir do sexo biológico, as quais não representam estruturas fixas e podem estar continuamente se renovando. Quando as identidades de gênero são impostas pelo processo de socialização, moldam modos de ser e pensar comuns ou semelhantes entre os indivíduos, mas impedem construções singulares. A violência conjugal corresponde a um modelo a respeito de como o sujeito exerce relações de poder para se adequar ao universo sociocultural, determinado por comportamentos, atitudes e pensamentos estereotipados.

Entende-se, assim, que é no campo do social que se constroem as relações desiguais de gênero, que se diferenciam entre sociedades, momentos históricos e até mesmo no interior de

uma dada sociedade. Existe uma relação de reciprocidade, na qual o sujeito se constitui por intermédio de práticas sociais, ao mesmo tempo em que constitui essas práticas. Nessa perspectiva, o sujeito forma sua identidade social interagindo entre diferentes discursos, representações e práticas e, por sua vez, as instituições “fabricam” os sujeitos, a justiça, as práticas educativas ou de governo e a política (LOURO, 2001).

A consequência desses padrões sociais sobre os homens pode ser percebida em estudos epidemiológicos latino-americanos e brasileiros que verificaram índices maiores da mortalidade masculina em relação à feminina em todas as idades. No Brasil, a taxa de mortalidade por causas externas masculina no período de 1991 a 2000 foi de 119,6 por 100.000 habitantes, sendo cinco vezes maior do que a taxa observada para as mulheres, que foi de 24 por 100.000 habitantes (SOUZA, 2005). Em relação aos homicídios, esse risco é de quase 12 óbitos masculinos em relação a cada morte feminina. Em um estudo acerca das condições masculinas diante da violência, Souza (2005) enfatizou que o gênero masculino ainda está configurado por práticas machistas e de risco e que essas práticas são as mesmas que constituem os homens como maiores vítimas da violência.

Os valores e práticas sociais determinados pela cultura assumem peso decisivo nos processos de morbimortalidade e os homens, embora estejam no polo dominante das relações de gênero, encontram-se submetidos a um conjunto de padrões e comportamentos que os colocam em risco. Em sociedades que valorizam o poder, o sucesso e a força como características masculinas, a procura de serviços de saúde pelos homens poderia associá-los à fraqueza, medo e insegurança. Poderia, portanto, aproximá-los de características definidas como femininas: dependência, cuidado e fragilidade. Essas características diferenciadas entre homens e mulheres podem determinar comportamentos que predis põem os homens a apresentar doenças, lesões e mortes em virtude da dificuldade de acessar a rede de saúde. Outro ponto importante a ser considerado é a adesão dos homens aos tratamentos, uma vez que esses não se mostram sensíveis aos trabalhos educativos (SCHRAIBER et al, 2005).

Nos casos de violência conjugal, tanto o acesso quanto o atendimento ao homem que comete algum tipo de abuso contra a companheira pode ficar ainda mais difícil pela falta de capacitação dos profissionais para lidar com a situação de violência e acolher os homens. Geralmente, esses homens são tratados como indivíduos que devem ser punidos, enquanto suas companheiras são consideradas vítimas do comportamento masculino desajustado e inaceitável. Outra tendência existente na sociedade é a de minimizar os atos agressivos

perpetrados por homens em relação a mulheres, pelo fato de que a violência ainda é encarada como algo privado e que só diz respeito à família (KNAUTH et al, 2005).

Os comportamentos estereotipados marcados pelo machismo e sexismo fazem com que esses homens apresentem dificuldade em demonstrar afeto e dialogar, isolando-se e não procurando ajuda, o que contribui para que a relação violenta entre o casal se perpetue. Diversos aspectos da experiência afetivo-sexual masculina são tratados como se não pudessem ser socializados sob o risco de colocar em xeque a própria masculinidade. Alguns homens demonstram dificuldade em dialogar com as mulheres sobre o relacionamento amoroso, bem como encaram suas angústias, dúvidas e hesitações como algo do âmbito privado e que deve ser tratado somente com amigos ou pessoas de mesmo sexo. É importante considerar o conjunto de valores do grupo, juntamente com a trajetória desses homens para apreender o quanto a vulnerabilidade masculina é intrínseca à própria constituição da masculinidade na sociedade (KNAUTH et al, 2005).

Lia Zanotta Machado (2001) realizou uma pesquisa por meio de escuta de prisioneiros apenados por crimes de estupro, de agressores acusados de violência física contra suas companheiras e de jovens infratores e verificou que os homens anulam a vontade das mulheres e as forçam a ter relação sexual com a justificativa de que elas, “no fundo”, queriam ser violentadas. Isso representa a crença de que o macho tem impulsos sexuais tão fortes que não consegue controlá-los e de que a oposição da mulher é parte da sedução, não se admitindo que a mulher possa dizer não às investidas masculinas. Essa perspectiva assume a sexualidade como “natural” ou inerente à personalidade masculina, de modo que o homem é percebido com alguém incapaz de controlar os seus impulsos sexuais. Quanto ao relacionamento conjugal e os episódios de violência, os homens acreditam que o comportamento da mulher é sempre distante do ideal e, por isso, precisam controlá-las; afirmam que primeiro tentam conversar e, se não obedecidos, utilizam-se da violência (MACHADO, 2001).

Ser homem implica um “dever ser” social marcado pelas características corporais peculiares, como se manter de pé, apumar o corpo, erguer a cabeça, uma postura e atitude que corresponde a uma maneira de pensar e agir que governa o homem de honra (BOURDIEU, 1999). Essa forma de ser “homem” guia e dirige comportamentos sociais que funcionam como necessidade de assumir uma identidade constituída em essência social. Assim, a questão de honra, no sentido do conjunto de aptidões (por exemplo, coragem física e moral, generosidade, marginalidade), é produto de um trabalho social de dominação.

No entanto, a função social da identidade masculina construída nas interações pode trazer tensão, devido ao fato de que ser homem, muitas vezes, impõe o dever de afirmar sua virilidade. O homem verdadeiramente homem é aquele que se sente obrigado a fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública. Também as atitudes e as virilidades devem ser validadas pelos outros homens com o objetivo de ter o reconhecimento por parte dos outros e de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens” (BOURDIEU, 1999).

Assim, comportamentos agressivos e baseados na violência podem estar sendo influenciados por esses modelos de “ser” masculinos construídos socialmente. Atos como violentar, dominar, explorar ou oprimir podem existir devido ao medo “viril” que o homem tem de ser excluído do mundo dos “homens” sem fraquezas e daqueles que são chamados de “duros” em relação ao próprio sentimento e com o sentimento do outro (BOURDIEU, 1999).

Desse modo, a família é um espaço da aprendizagem de vivências afetivas como a filiação, o amor, o respeito nas relações interpessoais. A violência intrafamiliar pode influenciar a forma que os pais lidam com os filhos, tornando-os, por vezes, muito autoritários e, em outras situações, negligentes. Esses dois tipos de práticas parentais podem gerar problemas no desenvolvimento da criança, devido ao abuso de poder e à falta de afetividade (DE ANTONI, 2005).

O espaço de socialização familiar tende a reforçar na educação dos meninos muito dos valores marcados pelo machismo, incentivando uma realidade que coloca na masculinidade a força física e a potência para o trabalho. Assim, essas formas agressivas de interação dos pais com os filhos influenciam a construção das identidades das crianças, além de representar o modelo de relação e ambiente a ser vivido na geração futura.

Apesar do sistema de dominação baseado no gênero, homens e mulheres têm a possibilidade de resistência e subversão, mostrando que possuem capacidades heterogêneas construídas a partir da forma como desejam se relacionar em suas famílias. Existe tanto a resistência do homem e da mulher às normas de gênero impostas, quanto dos grupos e coletivos que ajudam a romper com os padrões socialmente impostos.

Falar de masculinidades é também identificar a existência de possíveis fatores intrínsecos nas crenças e valores de instituições que trabalham com questões de gênero que

podem rotular o homem que comete violência contra a mulher. Desse modo, as interações estabelecidas no acolhimento dos autores de violência podem estar sendo influenciadas por atitudes marcadas pela penalização e culpabilização, sem deixar espaço para mudanças e transformações.

A partir de Foucault (1996), principalmente na obra “Vigiar e punir: nascimento da prisão”, o modelo disciplinar passa a ter a função de manutenção do poder nas relações entre as pessoas e as instituições. Assim, a prisão assume a função corretiva e exerce o poder disciplinar àqueles que devem ser castigados por suas ações.

Apesar de alguns autores (MACHADO, 2000; PATEMAN, 1993; SAFIOTTI, 2005) tratarem o modelo do patriarcado como determinante da violência intrafamiliar há muito tempo na sociedade, esse modelo é criticado por Louro (1999). De acordo com a autora, tal modelo delimita concepções dicotômicas feminino/masculino, razão/sentimento, público/privado como elementos inerentes às relações de gênero. Essa lógica pressupõe que a relação entre o masculino e feminino constitui uma oposição entre um polo dominado e um polo dominante.

A relação de poder unilateral tem sido substituída pela noção de um poder exercido em várias direções. Joan Scott (1995) corrobora essa ideia, ao apontar que, para entender as relações sociais de gênero, deve-se abandonar o conceito de dominação marcado pelo antagonismo entre o feminino e masculino e utilizar um conceito de poder descentralizado, no qual ora um, ora outro, pode se encontrar como dominante ou dominado.

A violência em todas as suas manifestações pode estar ameaçando a integralidade física e psicológica dos indivíduos. Nesse contexto, a atuação da justiça representa a manutenção e legitimação dos direitos humanos e busca o bem-estar dos indivíduos. Contudo, na prática referente ao enfrentamento das questões de violência de gênero, essa instituição também pode representar relações de poder que contrariam os direitos humanos baseados nas noções de justiça e proteção.

2.3 SITUAÇÃO DE ATENDIMENTO – A CONDUTA COM OS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Foucault (1996) definiu a prática judiciária como o modo pelo qual as pessoas podem ser julgadas em função dos erros que cometem. A prática jurídica, assim como as demais ações sociais, pode ser considerada como prática discursiva de poder, atravessada pelos elementos de gênero.

Para Foucault (1996), o poder não surge a partir de um lócus específico, mas está presente em todas as relações e atividades sociais. É possível afirmar que a atuação da prisão na requalificação da pessoa que cometeu algum tipo de delito significa, em tese, algo diferente do que simplesmente a pura privação jurídica de liberdade, visto que assume um poder total sobre os detentos caracterizado pelos mecanismos internos de repressão, castigo, regulação de todas as ações, pensamentos e faculdades morais. Como exemplo disso, percebe-se o isolamento em celas, o qual é utilizado como instrumento de imposição da submissão total. Para Foucault, o isolamento possibilita o encontro do detento a sós com o poder que se exerce sobre ele.

Assim, as instituições pedagógicas, psicológicas e psiquiátricas surgem para assumir a função de controle dos indivíduos. Foucault denomina a sociedade contemporânea como sociedade disciplinar. O homem interagindo em seus vários ambientes pode estar sendo objeto de ideias norteadas pela repressão, culpabilização e normalização presentes tanto nas instituições voltadas para o castigo pela ação violenta, quanto naquelas que são direcionadas à sua reabilitação social e apoio.

Entre os locais de atenção e apoio ao autor de violência, estão os serviços de atendimento social e psicológico, por exemplo, instituições governamentais e não governamentais. Esses espaços têm como objetivo ajudar no processo de reabilitação social e possibilitar o enfrentamento das dificuldades emocionais, que muitas vezes podem estar sendo ocultadas pelas atitudes agressivas e de resistência em assumir a própria fragilidade, inseguranças e necessidades de ajuda.

Wânia Izumino (1998) analisou depoimentos dos agressores em um estudo sobre os homens que cometiam violência contra a mulher e revelou que, na maioria das vezes, esses homens justificam suas atitudes tendo como referência o comportamento de suas esposas e companheiras. Dentre as formas encontradas nos relatos como justificativas para as agressões

estão: a infidelidade feminina, a inadequação da mulher ao casamento (porque vive como uma “mulher solteira” e sem disponibilidade de cuidar dos filhos e da família porque trabalha fora), desejo de separação da mulher e recusas em voltar a viver junto ao homem. Nos casos de homicídios relatados, os réus afirmaram estabelecer relações violentas com as mulheres que conviviam. Na maioria dos casos entrevistados, os réus já haviam assassinado as primeiras esposas e relacionavam-se com as companheiras de forma agressiva, caracterizada pelos maus-tratos, discussões, ameaças, bebedeiras. Outros casos indicaram que o homem havia cometido agressão contra a mulher como forma de “legítima defesa da honra”, principalmente quando a companheira mostrava-se muito ciumenta e ameaça matá-lo (IZUMINO, 1998).

De acordo com Izumino (1998), na análise dessas situações, poder-se-á entender que o conflito de gênero aparece segundo a ótica daquelas pessoas que vivenciaram a violência e colocam em evidência elementos importantes para as intervenções referentes aos agentes jurídicos. A relação entre a pessoa que comete a violência e aquela que sofre a agressão constitui relações de poder que se manifestam quando existem oposições e desigualdade entre o homem e a mulher. Todos os sujeitos inseridos nas relações de poder são instrumentos desse poder e, da mesma forma que o exercem, sofrem seus efeitos (FOUCAULT, 1996). O homem é ativo quando comete violência, mas assume posição passiva diante das repressões e punições, tornando-se alvo das regras descritas pela sociedade.

Conforme Daniela Coulouris (2004), o Direito articula-se ao poder estatal e assume a posição de classificação e organização dos comportamentos sociais em estereótipos padronizados pela sociedade representada por diversas esferas sociais, como a igreja, a escola e a família. Nesse sentido, o sistema jurídico age de acordo com o que a sociedade espera, sendo caracterizado, na maioria das vezes, por julgamentos orientados de formas diferentes para homens e mulheres. Percebe-se, então, que o papel da justiça nos conflitos de gênero tem sido marcado, frequentemente, pelo confronto entre a esfera da legalidade e a das normas sociais. Para ilustrar tal confronto, é possível citar os casos de absolvição do homem autor de violência realizado pela justiça, quando essa instituição acaba reproduzindo o que a sociedade patriarcal espera dela. Nesse sentido, Izumino (1998) aponta que a justiça é mais resistente em acreditar na mulher quando o suspeito não se enquadra no perfil estereotipado de agressor (beber, ser violento, usar drogas, ser reincidente, etc.) nos casos de violência conjugal, já que,

nesse caso, impera o poder do homem sob a mulher, a fim de manter a preservação da família e do casamento.

Considerando esses elementos, é possível afirmar que, não raro, a instituição reproduz o julgamento de acordo com as normas sociais. A sociedade regula as ações através de normas de comportamento que podem influenciar a percepção que os autores de violência têm a respeito das instituições voltadas para seu auxílio e recuperação. Em muitas circunstâncias, o homem que vem encaminhado pela justiça pode não estar assumindo o tratamento de saúde que lhe é oferecido, em função de perceber as instituições de apoio como ambientes reprodutores da repressão e não entendê-las como espaços que não têm a finalidade de julgá-lo, repreendê-lo ou excluí-lo. A percepção que o homem tem dos serviços voltados à recuperação e atenção pode ser, assim, um dos fatores que contribuem para o aumento dos índices de desistência e falta de envolvimento do autor com a reabilitação psicossocial (IZUMINO, 1998).

Uma forma de manifestação da violência acontece por meio de regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas que reproduzem estruturas injustas. A violência pode ser uma manifestação do não reconhecimento daqueles cuja existência permanece desconhecida, esquecida e marginalizada. Falar em mudanças legislativas revela o interesse de minimizar o sofrimento, proporcionando novos instrumentos legais e oferecendo mais agilidade às medidas protetivas, dentro das perspectivas dos direitos humanos e da igualdade de todos perante a lei. Como exemplo dessa mudança, existe atualmente a Lei nº 11.340-06, a chamada Lei Maria da Penha, que se tornou símbolo do combate à violência intrafamiliar (AZAMBUJA, 2007).

Uma das maiores contribuições dessa lei foi o destaque às equipes multidisciplinares, que devem assumir outras atribuições, tais como desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas voltadas à pessoa ofendida, ao agressor e aos familiares. Esse é o desafio que a Lei Maria da Penha impõe aos setores públicos devido, principalmente, à criação de programas de proteção com enfoque na prevenção e reestruturação das políticas públicas e investimentos de qualificação de pessoal. No entender de Azambuja (2007), esse processo inclui a capacitação do judiciário para a aplicação de penas mais severas aos agressores e ações que priorizem a luta pela justiça social na perspectiva dos direitos humanos, bem como a abertura de espaços, nos quais homens e mulheres tenham suas identidades respeitadas e igualitárias.

Em 2006, com a Lei Maria da Penha, foram realizadas mudanças no Código do Processo Penal Brasileiro (o qual prevê a possibilidade de o juiz decretar prisão preventiva, quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher), assim como na Lei das Execuções Penais, a qual permite que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. De acordo com o Artigo 35 da Lei Maria da Penha, cabe à União, ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios criar e promover, no limite das respectivas competências, os seguintes equipamentos e programas: (1) centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar; (2) casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar; (3) delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar; (4) programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar; (5) centros de educação e de reabilitação para os agressores (AZAMBUJA, 2007).

Um ponto importante da Lei (chamada de Lei Maria da Penha) é a integração de medidas voltadas ao agressor. Isso significa encarar a situação de violência como um processo complexo, no qual entram em cena vários atores e fatores que se interligam e se influenciam mutuamente, a partir do entendimento de que é de grande importância direcionar atenção a todos os membros da família, incluindo tanto as vítimas, quanto o homem autor de violência contra a mulher.

No que tange ao enfrentamento da violência e à nova legislação, a equipe multidisciplinar tem função relevante, porque uma de suas atribuições é fornecer subsídios ao Juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente, em audiência, além de desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas voltadas para a ofendida, o agressor e os familiares, com atenção especial às crianças e aos adolescentes.

A importância de considerar o entorno social, familiar, jurídico e institucional oportuniza o amparo social necessário para o fortalecimento de relações mais igualitárias entre homens e mulheres. Esse fortalecimento pode ser visualizado pelo modo como os operadores têm acolhido às pessoas envolvidas na cena da violência, visto que o acesso e a qualidade do atendimento que está sendo oferecido aos autores de violência são fatores importantes para a adequada resolução ou minimização dos efeitos causados pela violência.

Como exemplo do que foi proposto anteriormente, pode-se referir uma pesquisa realizada pelas Secretarias de Saúde e de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em que se analisaram as práticas e significações sociais que constituem o cenário da violência. Os dados da pesquisa demonstraram que as instituições possuem insuficiência de dados informativos acerca da situação, formulários mal-preenchidos e deficiência técnica disponibilizada pelos profissionais. Essas deficiências tendem a dificultar o levantamento de dados necessários para o esclarecimento dos eventos, o que reflete desinteresse e descaso daqueles que deveriam ser responsáveis e competentes no enfrentamento da violência. Com isso, pode-se dizer que existem atitudes e pensamentos de acomodação, descréditos construídos socialmente, que determinam “lugares” de exclusão sociopolítica, econômica e cultural, tanto das vítimas quanto dos autores de violência. Quase sempre, por falta de provas, arquivam-se investigações que nem chegam a processos judiciais (NJAINÉ, SOUZA, MINAYO E ASSIS, 1997).

Outra forma de pensamento que corrobora essa ideia é a de que não importa identificar nem o agressor nem a vítima, porque valem pouco (ou nada) e que esse evento não acarreta justiça ou indignação da sociedade. Melhorar o atendimento técnico, bem como possibilitar o desenvolvimento da capacidade de tomar decisões coerentes com a busca de respeito à vida e ética nas ações no que tange às relações de gênero são pontos que devem ser levados em consideração quando se fala em implantação e discussão de políticas públicas de saúde (NJAINÉ et al, 1997).

Em síntese, a justiça assume a função repressora; as instituições de apoio e recuperação a função de acolhimento; e a sociedade fica com o papel do julgamento. As instituições que oferecem apoio e tratamento ao homem não deveriam reproduzir o sistema de repressão ou julgamento marcado pelas instâncias da justiça e da sociedade em geral.

3 TRAJETO METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa qualitativa que será realizada por meio de um estudo etnográfico. Realizar uma etnografia é estabelecer relações, transcrever textos, selecionar informantes, manter um diário, realizar uma descrição densa a respeito do que as pessoas dizem, o que elas fazem e o que é feito a elas. Assim, fazer etnografia é tentar fazer uma leitura da multiplicidade de estruturas conceituais complexas e tentar ler um manuscrito estranho, cheio de incoerências, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1989).

Inicia-se com as nossas próprias interpretações a respeito do que os informantes falam e depois se passa a sistematizá-las. É preciso estar atento para o comportamento, uma vez que é através do seu fluxo e da ação social que as formas culturais encontram articulação. Assim, significa poder entender que a cultura é um contexto, dentro do qual podem ser descritos com densidade os acontecimentos sociais, os comportamentos e as instituições. Para compreender a cultura de um grupo por meio da etnografia, é necessário inscrever, observar, registrar e anotar as respostas que outros deram. O etnógrafo transforma um acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em suas anotações e que pode ser consultado a todo o momento (GEERTZ, 1989).

Será realizada, desse modo, a observação participante em uma instituição que atende homens que cometem violência contra as mulheres. As visitas serão marcadas com antecedência, podendo acontecer tanto no turno da manhã quanto no turno da tarde, em três dias da semana, tendo uma duração média de duas horas cada visita. Com o objetivo de uma sistematização dos momentos de observação, os dias das visitas serão modificados ao longo da pesquisa de campo (WINKIN, 1998). Essa técnica da observação participante permitirá observar as situações com que os informantes se deparam normalmente, e como esses informantes se comportam diante de tais situações, para posteriormente descobrir as interpretações que eles possuem sobre os acontecimentos observados (BECKER, 1994). De

forma complementar, será realizada a observação dos atendimentos com homens autores de violência contra a mulher.

3.2 CAMPO DO ESTUDO

A pesquisa será realizada com os operadores sociais e homens autores de violência contra a mulher de uma instituição que, a partir de agora, será denominada pela sigla “SA” (Serviço de Assistência)¹, instituição situada em um município de porte médio do Rio Grande de Sul. É um serviço governamental que contempla atendimento de média complexidade, de acordo com as normas do NOAS-SUS e presta atendimento psicológico e social às mulheres e crianças envolvidas em diferentes tipos de violência.. São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos (PNAS, 2005). Desenvolvem procedimentos que têm por objetivo prestar atendimento às vítimas, agressores e familiares, conforme as necessidades detectadas durante a avaliação do caso.

Os serviços de proteção especial podem ter uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. Assim, a instituição recebe os casos que são encaminhados pelo conselho tutelar, justiça, instituições de saúde, bem como da comunidade. Ao chegar na instituição as mulheres são entrevistadas pela assistente social que as encaminha para o técnico que realizará o atendimento individual ou em grupo, quando necessário, e o processo final acontece no momento em que o objetivo do encaminhamento é alcançado, através de apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Em algumas situações, o caso é concluído no próprio serviço; em outras, os técnicos indicam a necessidade de intervenção de outras instituições, ocasião em que o encaminhamento é que marca a conclusão do caso.

A instituição foi contatada, inicialmente, por telefone, e esclarecido o tema e objetivos da pesquisa. A partir disso, fez-se uma sondagem para verificar o interesse de participarem do

¹ O nome foi modificado para preservar o anonimato da instituição e das pessoas que participaram da pesquisa.

estudo e foi marcada uma conversa com a coordenação do serviço para solicitar a autorização para a realização da pesquisa.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes desta pesquisa serão quatro autores de violência conjugal e quatro operadores sociais que trabalham nesse serviço. Para fins da pesquisa, foram considerados operadores sociais aqueles que estavam atuando na atenção aos homens autores de violência, às vítimas ou pessoas que vivenciam ou vivenciaram a situação de violência conjugal e realizam atendimento psicossocial a esses homens autores de violência e/ou suas famílias, de modo individual ou grupal. Os operadores sociais pertencem ao serviço e constituem uma equipe composta por psicólogos, assistentes sociais e estagiários de cada área. Os homens autores de violência, por sua vez, são homens que praticaram algum tipo de violência contra a companheira e que estejam sendo atendidos no SA, devido aos encaminhamentos da justiça, delegacia da mulher, entre outros.

Durante o processo investigativo, a pesquisadora realizou observação participante na instituição para entender o trajeto percorrido pelo homem no serviço, desde o momento de sua entrada até a sua saída, e observação do atendimento dispensado a esses homens, bem como das interações que ocorrem nos diferentes setores do serviço.

3.4 COLETA DAS INFORMAÇÕES

Neste estudo de cunho etnográfico, a pesquisadora irá se aproximar de um tema pouco estudado, por meio de observação de interações no ambiente natural em que elas acontecem. Em tal sentido, será realizada a observação participante (BECKER, 1994) do serviço de atendimento, através de visitas frequentes, que acontecerão três vezes por semana, durante um período de seis meses, o que será registrado em diário de campo.

O diário de campo refere-se à transcrição literal das percepções do pesquisador em relação ao modo como os participantes da pesquisa interagem e se comunicam. O diário tem a função reflexiva e analítica porque possibilita ao pesquisador identificar regularidades implícitas e explícitas (BOGDAN, 1975; GEERTZ, 1989; GASTALDO, 2005; VICTORA, 2000; WINKIN, 1998). O diário de campo será utilizado com o objetivo de registrar as observações acerca das interações dos participantes no contexto em que elas ocorrem (GEERTZ, 1989; GASTALDO, 2005, WINKIN, 1998).

Será solicitada a permissão para assistir aos atendimentos realizados com os autores de violência conjugal, no período de setembro de 2008 a fevereiro de 2009, e para registrá-los por meio de gravação de voz.

No processo investigativo, também serão utilizados materiais e documentos institucionais que contenham os registros dos atendimentos dos autores de violência e procedimentos utilizados pelos operadores que trabalham com a violência conjugal na instituição. Tanto as interações institucionais quanto os enunciados orais e escritos serão analisados (IÑIGUEZ, 2005).

A etapa de avaliação de documentos institucionais implica a leitura e compilação de partes de prontuários ou formulários referentes aos pesquisados, a definir após a revisão do total de atendimentos do último ano.

3.5 ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS

Este estudo analisará as práticas discursivas referentes à interação dos operadores sociais com os autores de violência conjugal. O estudo pautado nas práticas discursivas tem como objeto de análise o “discurso”. A análise do discurso na perspectiva foucaultiana não entende o discurso como a manifestação de um sujeito que pensa, mas abrange um espaço de exterioridade no qual é possível determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo e, conseqüentemente, buscar o sentido e quais as intenções ditas ou escritas do sujeito que elabora o discurso.

As interações verbais que ocorrerem durante os atendimentos serão gravadas e compiladas e, então, será realizada a análise desses diálogos. A análise está ancorada no campo das práticas discursivas, ou seja, a maneira como as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas. Essas práticas constituem momentos ativos do uso da linguagem, capazes de produzir sentidos, rupturas e ressignificações (IÑIGUEZ, 2004; SPINK, 2004).

De acordo com Foucault (1969), os discursos são práticas sistemáticas que constituem e identificam os objetos de sua análise e não apenas o conjunto de sinais que representam a realidade. Portanto, os discursos são práticas sociais que compreendem regras específicas influenciadas pelo processo histórico e que vão definindo as condições de qualquer enunciação, transformando-as (IÑIGUEZ, 2004). Transformações nos discursos são acompanhadas, na maioria das vezes, por mudanças nas práticas. O discurso não é algo que surge do interior do sujeito ou ideia que determina o seu pensar, mas constitui espaços que facilitam ou dificultam as possibilidades, funcionando como mantenedor das relações existentes no tempo.

Nesses termos, o sentido produzido é uma construção social. É um empreendimento coletivo-interativo que permite às pessoas construir modos de compreender e lidar com a sua realidade, constituída nas relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas (SPINK, 1999). A produção de sentido e as práticas discursivas são relevantes porque visibilizam a importância da linguagem na interação social, visto que, ao significar as práticas, as pessoas produzem sentidos e posicionam-se em redes discursivas. As práticas discursivas orientam a produção de sentido que os sujeitos dão aos discursos. Esse processo de significação engendra e posiciona os sujeitos em redes discursivas, fazendo com que produzam determinado modo de ser e de viver (SPINK, 1999).

A análise de discurso é, desse modo, uma prática que permite conhecer os contextos históricos disciplinares, nos quais os sujeitos estão inseridos. Trata-se de conhecer a maneira como o poder, a dominação e a desigualdade social são estabelecidos, reproduzidos e combatidos através do discurso.

As conversas gravadas e produzidas nas diferentes interações, os atendimentos aos autores de violência conjugal e as observações participantes do cotidiano institucional serão organizadas em um corpus. Esse material será submetido a inúmeras leituras em busca dos

temas principais para identificar os discursos e os repertórios interpretativos, as formas como os autores de violência e as operadoras entendem a violência conjugal e se posicionam frente ao atendimento e aos enunciados produzidos, assim como as contradições e incoerências.

Os repertórios compreendem as unidades analíticas básicas do discurso representadas por vocábulos, termos, expressões, metáforas e figuras de linguagem que demarcam diversas possibilidades de construções discursivas, levando em consideração o contexto em que essas práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos (IÑIGUEZ, 2004). A identificação dos repertórios permite localizar as posições de onde os falantes se reportam e identificar o lugar que ocupam dentro de um contexto histórico-social (EDLEY, 2001). É importante interpretar o sentido que decorre do uso que se faz dos repertórios disponíveis, os quais são determinados e constituídos culturalmente e historicamente (IÑIGUEZ, 2004).

Conforme já exposto, as questões que emergirem, a partir dessas observações participantes e do diário de campo, serão compreendidas como vetores de determinados discursos que se interpelam, misturam-se, e não como categorias estáticas. Por meio dos discursos e dos repertórios usados pelos atores, talvez possamos entender os sentidos que esses participantes dão à violência conjugal.

4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa será analisada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Os sujeitos que participarão serão contatados e informados acerca dos objetivos dessa pesquisa, do caráter confidencial das informações obtidas e, só então, serão convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (em anexo).

5 CRONOGRAMA

Tabela referente à descrição detalhada das atividades da pesquisa.

Período	Ag./07 a mar./08	Abr./08 a jun./08	Ag./08	Set./08 a fev./09	Mar./09 a jul./09	Ag./09
Levantamento bibliográfico	X	X	X	X	X	X
Elaboração do programa e materiais		X				
Contato com instituição		X				
Qualificação			X			
Coleta de dados				X		
Digitação e análise				X	X	
Divulgação		X	X	X	X	X
Proposta concluída						X

6 ORÇAMENTO

Despesas de material

Elemento	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Lápis	10	0,40	40,00
Caneta	08	1,30	10,40
Borracha	03	1,00	3,00
Apontador	02	1,10	2,20
Papel	8.000 folhas	500 folhas - 16,00	256,00
Pen-drive (2 GB)	01	35,00	35,00
Encadernações	04	4,00	16,00
Telefone		60,00	60,00
Passagens	06	85,00	510,00
TOTAL			932,10

Despesas de impressão: R\$ 580,00

Bolsa de estudo – CAPES – durante o período de agosto de 2008 até agosto de 2009.

Custo total do projeto: aproximadamente R\$ 30.312,00

Os custos com materiais e deslocamentos necessários à execução da pesquisa serão financiados pela própria pesquisadora.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mônica Gomes. & COSTA, Ney Francisco Pinto. **Protocolo de assistência à saúde sexual e reprodutiva para mulheres em situação de violência de gênero**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. BEMFAM, 2002.
- AZAMBUJA, Maria Regina Fay. Maria da Penha: Da Dor ao Combate. In: **Rotas Críticas: mulheres enfrentando violência**. Meneghel, Stela Nazareth (Org). São Leopoldo. Rio Grande do Sul Editora Unisinos, 2007.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. (2ª Ed). São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
- BOGDAN, R. C. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**, Porto. Editora Porto. 1975.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro. 1999.
- CASA NOVA, Maria de Fátima Cristina Poças Amorim. **Atendimento a homens autores de violência conjugal: Um desafio do mundo contemporâneo**. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre. Programa de Pós-graduação Mestrado em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2005.
- COULOURIS Daniela Georges. Gênero e discurso jurídico: possibilidades para uma análise sociológica. In Carvalho, M. J & Rocha, S. F (org). **Produzindo gênero**. Porto Alegre. Sulina, 2004.
- DE ANTONI, Clarissa. **Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico**. **Porto Alegre** (Tese de Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2005.
- DE ANTONI, Clarissa; BARONE, Luciana Rodrigues, & KOLLER, Sílvia. Helena. Violência e pobreza: um estudo sobre vulnerabilidade e resiliência familiar. In Débora. Dell'Aglio, Sílvia. Helena. Koller & Maria Angela Mattar. Yunes (Eds), **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. (pp.141-171)
- DINIZ, N. M. F, LOPES R. L. M, GESTEIRA, S. M. A, ALVES, S. L. B, GOMES, N. P. Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. **Revista Escola de Enfermagem**, V. 37 nº 2, p. 81-8, 2003.
- EDLEY, N. Analyzing masculinity: Interpretative Repertoires, Ideological dilemmas and Subject positions. In: Wheterell, M; Taylo, S. & Yates, S. (org). **Discourse as data – a guide for analysis**. London: Sage Publications, 2001.
- ELLSBERG, Mary, JANSEN, Henrica A F M, WATTS, Charlotte H, MORENO, Claudia Garcia. Intimate partner violence and womens's physical and mental health in the WHO

multi-country study on women's health and domestic violence: an observational study. **Lancet**. V. 371, p. 1165-1172, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro. Graal. 1969.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis. Vozes, 1996.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Pesquisa Fundação Perseu Abramo. Violência contra a mulher. São Paulo. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2001.

GALASTRO, Elizabeth Peres, FONSECA, Rosa Maria Godoi Serpa. A participação do homem na saúde reprodutiva: o que pensam os profissionais de saúde. **Revista Escola de Enfermagem**. Universidade de São Paulo; V. 41, Nº 3, p. 454-9, 2007.

GASTALDO, Edison. "O complô da torcida": futebol e performance masculina em bares. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 107-123, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. Parte 1, 1989

IÑIGUEZ, Lupicínio. Os fundamentos da análise do discurso. In: Iñiguez, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004 (a).

IÑIGUEZ, Lupicínio. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: Iñiguez, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004 (b).

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. Fapesp. São Paulo, 1998.

KNAUTH, Daniela Riva; VÍCTORA, Ceres Gomes; LEAL, Andréa Fachel. Liberdade, sexo e drogas: a vulnerabilidade de homens jovens das camadas populares. In Adorno, Rubens Camargo Ferreira; Alvarenga, Augusta Tereza; Vasconcellos, Maria Penha Costa. (org) **Jovens, Trajetórias, Masculinidades e Direitos**. Edusp. São Paulo, 2005.

KOLLER, Sílvia Helena. & DE ANTONI, Clarissa. Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In Koller, S. (Ed.). **Ecologia do desenvolvimento humano. Pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, (pp. 293-310).

KRONBAUER, José Fernando, Dresch & MENEGHEL Stela, Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista de Saúde Pública**, V. 39, nº 5, p. 695-701, 2005.

KRONBAUER, José Fernando, Dresch & MENEGHEL Stela Nazareth. **Violência de gênero perpetrada por companheiro em um serviço de atenção primária à saúde**. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos/ UNISINOS, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MACHADO Lia. Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) **Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MACHADO Lia. Zanotta. Masculinidades e Violências. Gênero e Mal-Estar na Sociedade Contemporânea. Série Antropologia. UNB. Brasília: 2001, 290: 1 - 33.

MENEGHEL, Stela Nazareth. (org). **Rotas Críticas: mulheres enfrentando violência**. São Leopoldo. Rio Grande do Sul. Editora Unisinos, 2007.

NJAINÉ Kathie, SOUZA, Edinilsa Ramos, MINAYO, Maria Cecília Souza & ASSIS, Simone Gonçalves. A produção da (des) informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, V. 13, nº3, p. 405-414, 1997.

NARVAZ, Martha Giudice & KOLLER, Sílvia. Helena. Por uma pedagogia não violenta: Problematizando o disciplinamento corporal. **Teoria e Prática da Educação**, V. 7, nº1, p. 28-35, 2004.

NARVAZ, Martha Giudice & KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia e Sociedade**, V. 18, nº1, p. 49-55, 2006.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/2004. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social**. Norma Operacional Básica. NOB/SUAS. 2005.

SAFFIOTTI, H. Gênero e Patriarcado. In: Castillo-Martin M, (org). **Marcadas a ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2005. p. 35-76.

SARTI, Cynthia Andersen, BARBOSA, Rosana Machin, SUAREZ, Marcelo Mendes. Violência e Gênero: Vítimas Demarcadas. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, V. 16. nº 2, p. 167-183, 2006.

SATTLER, M. K. Porque as mulheres que sofrem violência conjugal não se separam de seus companheiros? **Revista Pensando Famílias**, V. 2, nº2, p. 63-68, 2000.

SCHRAIBER, Lília Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia. P. L; FRANÇA-JUNIOR, Ivan; DINIZ, Simone; PORTELLA, Ana Paula; LUDERMIR, Ana Bernarda; VALENÇA Otávio; COUTO, Márcia Tereza. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista Saúde Pública**, V. 41, nº5, p. 797-807, 2007.

SCHRAIBER, Lília Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia. P.L; FRANÇA-JÚNIOR, Ivan & PINHO, Adriana. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, V. 36, nº4, p. 470-477, 2002.

SCHRAIBER, Lília Blima; GOMES, Romeu & COUTO Márcia Tereza. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, V.10, nº 1, p. 7-17, 2005.

SCHIMIDT, Simone Pereira. Como e porque somos feministas. **Estudos Feministas**. N.E, V.12, p.17-22, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. V. V.20, n.2, 1995. p133-184.

SILVA, Sérgio Gomes. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicologia: ciência e profissão**. V.26, n. 1, 2006. p 118-131.

SPINK, Mary Jane & LIMA H. Rigor e visibilidade – a explicitação dos passos da interpretação. In: Spink, M. J (org). **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano - aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

SOUZA, Edinilsa, Ramos. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Revista Ciência Saúde Coletiva**; V.10, nº1, p. 59-70, 2005.

VICTORA, Ceres. Gomes. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: Uma introdução ao tema**. Tomo Editorial, 2000.

WINKIN, Yves. “Descer ao Campo” In: **A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: São Paulo. Editora Papyrus, 1998.

ANEXO I
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

CARTA À INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA²

Eu, Tais Barcellos de Pellegrini, aluna regularmente matriculada no mestrado em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), sob orientação da professora Stela Nazareth Meneghel, estou realizando uma pesquisa com o objetivo de estudar um serviço de assistência psicossocial e jurídica destinado ao atendimento de autores de violência conjugal.

Venho solicitar autorização para realização do estudo nesse serviço. Destaco que a instituição e os informantes que participarão da pesquisa não serão identificados. A participação não acarreta danos ou desconfortos físicos ou psicológicos.

A pesquisa irá ocorrer por meio de observação participante etnográfica de alguns atendimentos e interações institucionais, previamente consentidos pelo profissional e pelo usuário. Os dados coletados serão utilizados para fins de publicação acadêmica, sendo preservada a identidade dos envolvidos.

Os participantes serão informados de que sua participação é voluntária e que poderá ser interrompida em qualquer momento sem nenhum prejuízo. A pesquisadora compromete-se a entregar os resultados à instituição e aos participantes, caso interessarem. A qualquer momento, os participantes poderão solicitar informações ou esclarecer dúvidas sobre a pesquisa pelo fone: 55 - 99352131.

Desde já agradeço a colaboração e coloco-me à disposição caso isso se torne necessário.

Tais Barcellos de Pellegrini

Frente ao que foi referido acima, expresso a autorização para realização da pesquisa.

Responsável pela instituição

² Versão do TCLE aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unisinos, em 15 de setembro de 2008, após a qualificação do projeto em agosto de 2008 sob orientação da professora Stela Meneghel.

ANEXO II
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO³

Esta pesquisa sobre a situação de atendimento à violência é realizada pela psicóloga Tais Barcellos de Pellegrini, para sua Dissertação de Mestrado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação da Prof^a. Dra. Stela Nazareth Meneghel. O objetivo é estudar um serviço de assistência psicossocial destinado ao atendimento de autores de violência conjugal. Ao conhecer o funcionamento do serviço poderemos, no futuro, realizar propostas de prevenção à violência ou de melhoramento nos atendimentos prestados. Além do mais, há poucos estudos e pesquisas a respeito de autores de violência, apontando a necessidade de conhecer e avaliar os serviços de atendimento ao autor de violência. Sabe-se que estudar as ações que estão sendo prestadas a esses homens e investigar os serviços que lhe são oferecidos pode contribuir para melhorar o atendimento ao autor de violência. A coleta de informações irá acontecer por meio de observação participante da interação entre os autores de violência e os operadores que trabalham no serviço e da observação com gravação dos atendimentos realizados com os autores de violência, previamente consentida pelos autores e operadores.

Os participantes e a instituição não serão identificados. Não há indícios que esta pesquisa possa causar danos aos participantes. Asseguramos a liberdade do participante em se retirar da pesquisa, em qualquer momento, se assim o desejar, sem prejudicar seu relacionamento com a pesquisadora e a continuidade de seu atendimento.

Eu, _____, pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa.

Data: ___/___/___.

Assinatura do Participante:

Assinatura da Pesquisadora:

Este documento será emitido em duas vias, ficando uma delas com os pesquisadores e a outra será arquivada junto ao serviço que prestou atendimento ao participante.

Pesquisadora responsável: Tais Pellegrini. Telefone: 55-99352131.

³ “IDEM NOTA NÚMERO 2”.

RELATÓRIO DE CAMPO

1 ANTECEDENTES DA PESQUISA

O interesse em estudar o tema da violência conjugal surgiu a partir de minha experiência com o atendimento psicológico às mulheres vítimas de violência por parte do marido em um ambulatório de saúde onde atuo desde 2006. Já relacionado a essa temática, em 2007 realizei um estudo sobre as consequências psicológicas da violência conjugal assistida no desenvolvimento da criança, para a monografia de conclusão da especialização em Psicologia Clínica Comunitária, cursada no período de 2005 a 2007, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PELLEGRINI & DE ANTONI, 2007)⁴.

A partir desse estudo, surgiram muitas dúvidas e questionamentos a respeito das vítimas, agressores e testemunhas que faziam parte do cenário da violência, bem como sobre as intervenções de instituições que tentavam resolver essa problemática. Um dos dados encontrados na referida pesquisa foi o de que a presença da violência conjugal no ambiente familiar pode gerar agravos que vão além de relações isoladas, passando a se manifestar como um fenômeno que engloba todo o grupo familiar. Assim, percebeu-se que todo o tipo de violência praticada entre os pais da criança podia tornar o ambiente familiar pouco seguro, assustador e negligente, o que tendia a desencadear o comprometimento das funções de cuidado em relação às crianças por parte dos pais, bem como provocar danos que dificilmente seriam superados.

O trabalho lançava, assim, uma questão fundamental: a de que a violência deveria ser pensada dentro de um contexto dinâmico de relações, o que requeria uma visão integrada das pessoas e da rede de apoio (serviços, instituições) envolvidas. Iniciei o curso de mestrado com o intuito de dar continuidade a esse estudo anterior e às questões suscitadas em minha prática clínica com as mulheres. Foi então que procurei a instituição, na qual foi realizada a presente pesquisa, em maio de 2008. Em um primeiro momento, o principal objetivo era levantar algumas informações acerca de seu funcionamento. Depois desse reconhecimento, pude definir mais precisamente o tema desta pesquisa e foram sendo construídas as perguntas da investigação.

⁴ O trabalho, intitulado “O desenvolvimento da criança testemunha de violência conjugal”, foi orientado pela Prof^a. Dra. Clarissa De Antoni.

Uma das questões que se apresentava, desde os primeiros contatos com o serviço onde foi realizado o estudo, referia-se à atenção voltada aos homens autores⁵ de violência conjugal, atenção essa que passou a ser oferecida no local em 2006, a partir de uma das determinações da Lei Maria da Penha, que prevê, entre outros elementos, que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover “centros de educação e de reabilitação para os agressores”, ou seja, instituir ações voltadas ao combate à violência que incluam os homens. Na primeira ida a campo, a coordenadora do serviço foi categórica: *“Aqui os atendimentos são mais voltados às vítimas de violência, a demanda de atendimentos é muito alta, por isso, temos que priorizar as vítimas”*.

Nesse sentido, ainda que a própria coordenadora e algumas operadoras do serviço entendessem que seria necessário direcionar a intervenção a todos os atores envolvidos na situação de violência, os atendimentos prestados aos homens autores de violência eram quase inexistentes. Algumas propostas de assistência aos homens aconteciam. No entanto, eram visíveis atitudes que representavam resistências e obstáculos relacionados a esse tipo de atendimento. A maioria dos/as profissionais que trabalhavam no serviço disponibilizava apoio somente às mulheres e crianças vítimas de violência e os poucos atendimentos aos autores da violência conjugal pareciam traduzir as dificuldades em constituir um espaço para esses homens no local.

Nesse contexto, surgiu meu interesse em investigar como os/as profissionais entendiam a violência perpetrada pelo homem contra a mulher e quais as ações e práticas que utilizavam em relação aos homens autores de violência. Parto do pressuposto de que as intervenções que incluem esses homens podem ser alternativas eficazes no enfrentamento da violência e no processo de apoio e tratamento às pessoas envolvidas em situação de violência (CASA NOVA, 2005, CORDEIRO, 2008, SCHRAIBER, GOMES & COUTO, 2005).

As observações e análises desta pesquisa foram feitas, assim, entendendo a violência de gênero como um fenômeno complexo, o qual não está restrito a um indivíduo ou relação específica, mas que envolve diferentes atores sociais, relações e dinâmicas no contexto em que ocorre. Sabe-se que o estímulo e o desenvolvimento de habilidades pessoais que proporcionem o bem-estar, o alívio da culpabilidade e a construção da autoestima e da confiança de todos os membros envolvidos na situação de violência, inclusive o homem autor

⁵ Ao longo do trabalho optou-se por utilizar a expressão “autor de violência conjugal” para definir o homem que comete violência contra a mulher devido ao termo ser o modo mais citado na literatura revisada e representar uma definição centrada na questão da ação e não como uma categoria identitária. Já o termo “agressor” é usado tanto na lei Maria da Penha quanto na fala das pessoas entrevistadas na pesquisa para identificar os homens que cometem violência contra a mulher. Diante disso e conforme sugestão da banca foi adotado a expressão “autores de violência” para identificar os homens que cometem violência contra mulheres.

de violência, podem representar medidas importantes para o enfrentamento dessa realidade. Nesse sentido, um ponto importante a ser ressaltado e problematizado é a inserção do homem que comete violência contra a mulher em programas de tratamento e reeducação, já que o contexto de violência gera consequências desastrosas a todos os envolvidos. Além disso, na maioria das vezes, o que se tem constatado é que o autor de violência não está incluído nas medidas de intervenção que são disponibilizadas pelos programas que tentam dar conta da violência conjugal (CORDEIRO, 2008).

Partirei, agora, para a descrição do local onde foi realizada a presente pesquisa e dos caminhos percorridos durante a investigação, ou seja, das etapas do trabalho de campo e seus aspectos metodológicos, desde a entrada em campo até a forma como os dados foram sistematizados.

O projeto dessa pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS (processo nº. 050/2008) e cumpriu todos os requisitos da *Resolução nº. 196/96* do Conselho Nacional de Saúde. Depois de esclarecidos/as sobre os objetivos da pesquisa e do caráter confidencial das informações obtidas, os/as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexado ao projeto). No que se refere ao serviço, primeiro foi conversado com a coordenação, que assinou um termo específico autorizando a pesquisa na instituição (também anexado ao projeto). Em seguida, foi conversado com todos (as) profissionais da equipe a respeito da pesquisa e solicitada autorização para as observações e a gravação em áudio de situações observadas (como os atendimentos aos agressores e as reuniões de supervisões realizadas entre a equipe do serviço). É importante destacar que, para a observação e gravação dos atendimentos, era solicitada autorização prévia dos/as profissionais e das pessoas a serem atendidas.

Por fim, é preciso esclarecer que se tomou o cuidado de modificar os nomes de todos/as participantes desta pesquisa e do local estudado, a fim de preservar seu anonimato.

Os/as profissionais da instituição serão descritos ao longo do texto pelo feminino plural “operadoras sociais”, em vista do grupo ser constituído majoritariamente por mulheres. O único homem no grupo não teve uma participação mais ativa em relação aos casos analisados durante o trabalho de campo. Conforme apontado, os homens atendidos no serviço serão referidos ora como autores de violência, termo que preserva a ênfase analítica na prática do sujeito, e outras vezes pelo termo agressor, que representa a linguagem êmica, ou seja, a forma como este era descrito pelas “operadoras sociais”.

Outro elemento a ser destacado é o fato de utilizarmos, ao longo do trabalho, o termo “violência conjugal”. Um dos motivos foi o de atentar agora para a violência como uma

questão pública que, antes era relegada a um problema doméstico por representar um conflito na relação entre casais. O termo “violência conjugal” trata-se de um tipo específico de violência de gênero que transcorre no contexto da conjugalidade heterossexual. O conceito de violência abre espaço para a transformação, na medida em que sugere que a identidade dos envolvidos em uma relação de violência é criada a partir de contradições, nas quais os lugares são mutuamente trocados, sem determinismo ou posições fixas (GREGORI E DEBERT, 2008).

2 O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA (SA)

O SA está situado em um município de médio porte do estado do Rio Grande do Sul e faz parte do chamado Centro de Atendimento Especializado de Assistência Social (CREAS) que é integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). De acordo com a política nacional de assistência social, o CREAS é uma unidade pública estatal que oferece apoio, orientação e acompanhamento às famílias com um ou mais de seus membros em situação de violação de direitos. O apoio é prestado por uma equipe multiprofissional, ou pelo deslocamento de equipes em territórios e domicílios, e os serviços devem funcionar em estreita articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, conselhos tutelares e outras organizações de defesa de direitos, com os demais serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social (PNAS, 2004)

O CREAS presta diferentes serviços no município. Além do serviço de atenção às mulheres vítimas de violência de gênero perpetrada pelo companheiro, onde foi realizada a pesquisa, o local também oferece: um serviço de cuidado e prevenção à violência física, psicológica e sexual de crianças, adolescentes e suas famílias; um centro de apoio e referência ao idoso e um programa de execução de medidas socioeducativas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida).

O SA é um órgão governamental que presta atendimento psicológico, social e jurídico às mulheres vítimas de violência conjugal. A partir de informações obtidas em campo e de documentos sobre o serviço, identificou-se que o serviço foi fundado no ano de 2004 e que, até o momento de início da pesquisa, aproximadamente 925 pessoas haviam sido atendidas por encaminhamentos do conselho tutelar, fórum, delegacia de mulheres, serviços de saúde, entre outros. A maioria de seus atendimentos era prestada às mulheres vítimas de violência conjugal, apesar de disponibilizar, desde 2006, apoio aos homens autores de violência. No período em que foi realizado o trabalho de campo, o atendimento jurídico não estava sendo desenvolvido em função de que não existiam profissionais no serviço para executar esse tipo de atenção.

O SA divide espaço físico com um serviço onde são realizados atendimentos de saúde (serviço médico e de enfermagem), da rede secundária, disponibilizados por

profissionais (médicos, enfermeiros) contratados pela prefeitura da cidade. Em relação às condições físicas e estruturais do local, percebeu-se que as salas eram pequenas, com pouca ventilação e em precárias condições de manutenção. Durante uma das reuniões de grupo das operadoras sociais foi, inclusive, conversado acerca da necessidade de reformar e pintar as salas de atendimento. Para que isso pudesse ser feito, uma das operadoras sugeriu, na ocasião, que fosse buscado auxílio financeiro em uma instituição privada.

2.1 FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E PARTICIPANTES DA PESQUISA

Conforme descrito no projeto desta pesquisa, os procedimentos desenvolvidos no serviço têm por objetivo prestar atendimento psicossocial, psicológico e jurídico às vítimas de violência conjugal e, mais recentemente, aos homens autores de violência, de acordo com as necessidades detectadas durante a primeira avaliação do caso, avaliação essa que era realizada, normalmente, pela assistente social. O serviço recebia os casos (em sua maioria de mulheres e crianças) que eram encaminhados pelo conselho tutelar, justiça, delegacia de mulheres, instituições de saúde, bem como da comunidade.

As mulheres que chegavam ao SA eram recebidas e entrevistadas pela assistente social, que as encaminhava para o/a técnico/a que realizaria o atendimento individual e, quando necessário, o atendimento em grupo. O processo final acontecia no momento em que o objetivo do encaminhamento era alcançado, ou seja, quando os técnicos realizavam o diagnóstico e encaminhavam para a rede judiciária a avaliação final do caso. Em algumas situações, o caso era concluído no próprio local; em outras, as operadoras indicavam a necessidade de intervenção de outras instituições, tais como os serviços de assistência à saúde mental (como os Caps [centro de apoio psicossocial] e ambulatórios).

Assim, quando a mulher vítima de violência conjugal chegava ao serviço de atendimento era recebida e entrevistada pela assistente social. No atendimento dessa mulher, então, constatava-se que o motivo que a levava a procurar o serviço era a situação de violência. De acordo com o que se pode observar durante o trabalho de campo, frequentemente essa busca tinha como objetivo obter a separação conjugal do companheiro agressor. Vale destacar que, na maioria das vezes, a intervenção era voltada ao afastamento físico da vítima em relação ao agressor e somente a mulher recebia atendimento.

Por sua vez, o homem que havia cometido a agressão identificada pela mulher geralmente não era encaminhado diretamente para uma profissional do serviço ou outra instituição que pudesse atendê-lo. Durante o período em que foi realizada a pesquisa, o serviço não recebeu homens nas entrevistas iniciais por encaminhamento de alguma instituição da rede. Os homens agressores que estavam sendo atendidos no serviço haviam sido chamados pelas operadoras que estavam atendendo ou atendiam a sua esposa ou companheira. A profissional solicitava o comparecimento do agressor, que passava por uma entrevista e, depois, recebia o encaminhamento para uma operadora interna ao serviço. Foi possível observar, assim, que os agressores eram chamados e compareciam aos atendimentos apenas quando a mulher procurava pelo serviço.

A equipe do local onde foi realizada a pesquisa era composta por seis profissionais: quatro psicólogas e duas assistentes sociais. Chamarei as psicólogas pelos seguintes nomes fictícios: Ana, Joana, Marta e Maria. As assistentes sociais serão chamadas de Mirian e Mônica. Mirian era a coordenadora durante o período em que se iniciou a observação da rotina e da interação no serviço, embora não tenha sido com ela o primeiro contato realizado no serviço, conforme será retomado adiante.

As idades das operadoras variavam entre 20 e 50 anos. Duas dessas operadoras eram casadas e apenas uma tinha filhos. Quanto ao tempo de permanência das participantes no serviço, somente uma delas tinha mais de dois anos de experiência de trabalho no local. O restante tinha menos de um ano de prática em serviços que atendiam a demanda específica da violência conjugal. No que se refere ao vínculo formal estabelecido, três das operadoras eram contratadas, sendo que duas delas iniciaram sua trajetória profissional no SA, logo após se formarem na universidade. As outras três possuíam vínculo com a prefeitura da cidade por meio de concurso público.

Ana era a profissional responsável pelo atendimento dos homens agressores. Ingressara na instituição em julho de 2008, pouco tempo depois do primeiro contato realizado com o SA para a presente pesquisa. Ana permaneceu no local de estudo por um período de seis meses, e depois desse período, foi re-allocada em outro serviço. Em relação a isso, é importante ressaltar que, durante o período em que se realizou o estudo, muitos desligamentos de profissionais aconteceram. Na etapa final do trabalho de campo, uma das operadoras relatou que o número de pessoas atendendo estava bastante comprometido, devido ao desligamento de três profissionais desde dezembro de 2008 até maio de 2009. Outra operadora foi transferida para outro setor no período da realização do trabalho de campo. E uma terceira operadora afastou-se do serviço de atendimento quando completava dois meses

de realização da pesquisa. O motivo que a levou ao afastamento foi não ter se adaptado ao trabalho que executava junto aos atendimentos às vítimas de violência conjugal.

Durante o período em que foi realizada a pesquisa, três autores de violência, com idades variadas (60, 33 e 29 anos) foram atendidos no SA, todos pela mesma profissional (Ana). Os homens foram também identificados por nomes fictícios: Homero, Cardoso e Carlos. Os três tinham relacionamentos descritos como duradouros, e moradia comum com a parceira. Todos tinham filhos. Quanto à escolaridade, um deles tinha ensino superior e os outros dois apenas o ensino fundamental completo. Todos referiram estar trabalhando no momento em que participaram da pesquisa.

No que se refere à forma como chegaram ao SA, dois deles foram chamados pela operadora que atendia suas companheiras e um deles foi procurar diretamente o serviço, em função de se encontrar em estado emocional debilitado decorrente do afastamento físico da mulher. Desses homens, dois permaneceram em acompanhamento no serviço até a saída da operadora social que os atendia. Um deles desistiu do tratamento quatro meses depois de seu início (no final de setembro de 2008) porque se mudou da cidade onde residia.

É preciso destacar que a saída de operadoras sociais, especialmente de Ana, teve impacto direto no andamento de tratamentos psicológicos com os autores de violência. Ao final do trabalho de campo, nenhum autor de violência estava sendo atendido. Os dois homens que vinham em atendimento com Ana tiveram seus acompanhamentos suspensos temporariamente, devido ao fato de não existir operadoras no serviço que pudessem dar continuidade ao atendimento.

3 CAMINHOS DA PESQUISA: ENTRADA EM CAMPO E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO UTILIZADAS

Esta pesquisa utilizou uma metodologia qualitativa, de cunho etnográfico, com o objetivo de compreender a dinâmica do serviço, as interações entre as operadoras e os usuários, bem como o atendimento prestado aos homens autores de violência conjugal.

A utilização do método etnográfico, nesta pesquisa, permitiu reunir informações e significados diversificados acerca do tema da violência conjugal. Possibilitou captar tanto as falas das pessoas e os aspectos formais do serviço, quanto os elementos não verbais, como comportamentos e gestos.

O trabalho de campo foi realizado no período de setembro de 2008 a fevereiro de 2009 e a técnica de investigação social privilegiada foi a observação participante no contexto do SA. As observações ocorreram através de visitas frequentes ao local, com uma periodicidade de três vezes por semana, em dias e turnos diferentes para observar a rotina do serviço de assistência. A observação acontecia normalmente nos dias em que os autores de violência eram atendidos pela operadora social. As visitas eram marcadas com antecedência e tinham uma duração média de duas horas. Na observação participante, foi possível identificar tanto a forma como aconteciam as interações entre as integrantes da equipe de trabalho (entre elas e os autores, entre elas e a pesquisadora), bem como o funcionamento do serviço, as características e o lugar dado ao atendimento dos homens.

De forma complementar, foram realizadas observações de supervisões de equipe e de atendimentos ao autor de violência, as quais serão descritas adiante. Além de observar a rotina das profissionais e suas interações, foram também estabelecidas inúmeras conversas informais com as operadoras, nas salas onde ficavam no intervalo entre um atendimento e outro. Nessas conversas, falávamos a respeito de diversos assuntos, tais como: o atendimento, o caminho percorrido pelo homem autor de violência na instituição e os encaminhamentos, as estratégias utilizadas pelas operadoras sociais em relação ao apoio ao homem que cometia algum tipo de violência e às mulheres vítimas de violência conjugal, assim como a forma como entendiam essa violência e os diagnósticos estabelecidos.

As observações e conversas informais foram registradas em diário de campo. Nesse diário, realizou-se a transcrição literal das percepções em relação à forma como os

participantes da pesquisa interagiram e se comunicaram (BOGDAN, 1975; GEERTZ, 1989; VICTORA, 2000; WINKIN, 1998). Já as supervisões e os atendimentos aos autores de violência foram também registrados em áudio, com a devida autorização dos e das participantes da pesquisa.

No mês de maio de 2009, foi contatado novamente o serviço para levantar outras informações a respeito da rede de encaminhamento e as instituições envolvidas nesse processo. Logo após esse contato, foram realizadas duas entrevistas fora do contexto do SA: uma na Delegacia de Mulheres e outra no Foro do município. Tais inclusões foram feitas porque se sentiu a necessidade, a partir desse contato com o SA, de mapear a relação do serviço com essas outras instituições. Nas entrevistas na Delegacia de Mulheres e no Foro, buscou-se compreender, ainda que de forma exploratória, de que forma aconteciam os encaminhamentos dos autores de violência, a partir desses locais, e de que maneira funcionavam as redes de assistência à violência conjugal na cidade em que se realizou a pesquisa. Cabe ressaltar, contudo, que o objetivo não foi estabelecer uma análise mais sistemática e exaustiva do funcionamento dessas redes e dessas instituições, o que exigiria uma maior exploração etnográfica.

Antes de partir para a descrição dos contextos de observação, será apresentada a forma como ocorreu a entrada em campo, a qual já é bastante reveladora das relações estabelecidas no serviço e do lugar dado aos autores de violência, e alguns elementos sobre o percurso em campo.

4 ENTRADA E PERCURSO EM CAMPO

O primeiro contato com o serviço foi feito por telefone, quando foi combinado o dia e horário para conversar com a coordenadora do serviço, a fim de esclarecer alguns dados importantes para a realização desta pesquisa. Em maio de 2008, tive o primeiro encontro com a assistente social e coordenadora, com o intuito de me informar sobre o funcionamento do serviço e esclarecer algumas dúvidas referentes ao local onde seria realizada a pesquisa.

Nesse primeiro contato, expliquei o meu interesse em realizar uma pesquisa acerca da situação de atendimento às mulheres vítimas de violência conjugal. Na ocasião, a coordenadora ressaltou o fato de que havia muitas dificuldades enfrentadas no serviço em relação à assistência aos autores de violência. De acordo com essa coordenadora, os homens que cometiam violência contra mulher não participavam dos atendimentos oferecidos, não tinham assiduidade e apresentavam dificuldades em permanecer no tratamento. Esse relato gerou muitas dúvidas e questionamentos que me levaram às perguntas desta pesquisa, procurando entender a forma como as operadoras sociais interagem com os homens autores de violência e de que modo aconteciam esses atendimentos.

Após a realização da qualificação do projeto de mestrado a ser desempenhado e avaliação do mesmo pelo CEP, fui novamente à instituição, pouco mais de três meses depois do meu primeiro contato com o serviço, em setembro de 2008. Nesse período, o SA já tinha substituído a direção para outra assistente social, que aceitou e apoiou a proposta da pesquisa. Por meio do relato da nova coordenadora, verificou-se que estavam ocorrendo novos atendimentos aos autores de violência e que esses homens haviam sido chamados por uma das operadoras do serviço e não por encaminhamento de alguma instituição de assistência da cidade.

Nesse segundo encontro no SA, combinei os horários e dias em que eu estaria no serviço. Foi nesse dia também que expliquei e solicitei a autorização da coordenadora e de todas as operadoras para a observação dos encontros da equipe, supervisões, reuniões informais e dos atendimentos com os autores de violência. Solicitei também a autorização para gravar em áudio as situações de atendimento e de supervisão em equipe. Todas as operadoras mostraram-se bastante receptivas à pesquisa.

Após essas combinações iniciais, fui logo apresentada para a operadora que atendia aos autores de violência, que foi muito prestativa e disposta a informar sobre o seu trabalho. Essa operadora, Ana, havia sido contratada em julho de 2008 e passara a atender os autores de

violência a partir do segundo mês de trabalho no serviço de assistência às mulheres vítimas de violência conjugal.

De acordo com o relato de Ana, cerca de três homens autores de violência contra a mulher estavam em atendimento psicológico individual com ela. Ao ser questionada a respeito da forma de encaminhamento dos atendidos, ela relatou que já atendia as mulheres (esposas ou companheiras) vítimas de violência por parte dos homens. Observando a necessidade de atender também o homem-agressor, Ana passou a chamá-lo para uma entrevista individual, na qual disponibilizava o apoio diante do conflito conjugal existente. Quando o autor de violência aceitava, era feito o contrato de atendimento. Conforme apontado, a forma que Ana passou a atender dois dos homens em acompanhamento foi identificada por algumas cobinações referentes aos comportamentos dos homens, como por exemplo o não uso de bebidas alcólicas e proibição das agressões praticadas pelo casal durante o acompanhamento. Em algumas situações, a operadora fazia sessões conjuntas, nas quais participavam a mulher e o homem.

Diferentemente do que havia sido apontado pela primeira coordenadora com a qual conversei, observou-se, durante o trabalho de campo, que os autores de violência eram presentes quando esses atendimentos eram disponibilizados. No entanto, as demais operadoras centralizavam a assistência nas mulheres vítimas de violência conjugal e não se comprometiam com o apoio aos autores de violência.

Ana começou a atender os homens no serviço diante do próprio interesse em disponibilizar atenção a todos os membros da família e passou, então, a incluir os homens que cometiam violência contra a mulher ao atendimento. Percebi, ainda, que devido ao meu interesse como pesquisadora de entender sobre essa temática, houve em certa medida uma maior movimentação em torno do atendimento ao autor de violência. Em minha primeira ida ao serviço, não havia atendimentos sendo oferecidos aos homens autores de violência. Na segunda visita, o atendimento voltado a eles estava sendo desenvolvido, mas por uma operadora, que assumiu essa proposta. Foi com essa operadora que estabeleci um vínculo de maior proximidade, devido a sua relação mais direta com o tema da pesquisa. Por essa razão, considerei essa operadora uma “informante-chave”.

Em um primeiro momento, as outras operadoras foram receptivas em relação a essa minha aproximação com Ana. Pelo fato de eu ser também psicóloga e estar fazendo uma pesquisa, ou seja, representar um saber acadêmico, percebi que muitas vezes Ana me demandava uma certa “legitimação” de seu trabalho. Por vezes aparentava estar pedindo orientações e respostas em relação ao atendimento que prestava aos autores de violência.

No decorrer do processo de observação, percebeu-se um afastamento das operadoras sociais em relação à informante-chave e, conseqüentemente, em relação a mim devido a essa nossa aproximação no serviço. Além disso, o lugar dado a ela e a mim remetia ao lugar dado na instituição à assistência aos autores de violência. Como a operadora que atendia a esses homens, algumas vezes também me sentia isolada. A aliança entre mim e a informante-chave teve, portanto, conseqüências sobre a minha posição no serviço. Tanto que, no período final do trabalho de campo, quando Ana estava de férias e, depois, quando não estava mais no serviço, tive a impressão de estar sendo melhor recebida quando chegava e de ter me aproximado mais de outras operadoras que antes pareciam mais distantes.

É possível dizer que Ana desempenhava sozinha a sua função de acompanhamento dos autores de violência nesse serviço, o que, entre outros elementos, pode ter contribuído para o seu afastamento do SA. As outras operadoras realizavam suas funções de forma isolada e essa operadora ficava à margem das combinações em relação aos eventos realizados fora do serviço, como os congressos e seminários. Isso pode ser demonstrado através da viagem que algumas profissionais realizaram por motivo de estudo e não estenderam o convite a Ana.

É importante ressaltar que, de um modo geral, na relação de equipe existiam dificuldades de obter a cooperação das colegas no trabalho realizado com os autores de violência, porque as funções não eram divididas ou havia resistências no acolhimento do autor quando esses homens chegavam ao serviço à procura do atendimento na ausência da operadora que os atendia. Assim, no que tange ao atendimento ao homem que comete violência contra mulher no SA, é possível afirmar que as operadoras tinham uma interação conflituosa entre elas, as funções eram realizadas de forma isolada e havia diferentes teorias norteadoras do trabalho que favoreciam discordâncias e críticas ao trabalho que estava sendo desempenhado. A prática das profissionais do SA não estava organizada através de concepções baseadas na divisão do trabalho, na troca de informações e discussão sobre os trabalhos que eram executados pelas colegas. É importante considerar que isso foi verificado somente às situações observadas em campo sobre a atenção ao homem autor de violência, porque em relação ao atendimento às mulheres vítimas de violência, as profissionais tinham ações baseadas na divisão de trabalho e cooperação.

Em fevereiro de 2009, ocorreu a saída de Ana da instituição. Os pacientes que estavam sendo atendidos por ela foram desligados por alta ou por desistência. Algum tempo depois, fiz contato por telefone com a informante-chave, a qual revelou que se sentia bem por ter conseguido sucesso no acompanhamento e na evolução do tratamento dos autores de violência. Apesar disso, após a sua saída, indicavam que talvez houvesse a necessidade de dar

continuidade a esses atendimentos. A esposa de um dos homens atendidos, por exemplo, procurou atendimento no serviço novamente e mostrou-se muito nervosa devido ao retorno das ameaças de violência e da ingestão de bebidas alcoólicas somadas à desistência do tratamento medicamentoso por parte do marido. Essa situação, especificamente, ficou sem amparo, diante da justificativa do serviço de que não existiam operadoras para atender à demanda de encaminhamentos dos colegas desligados, tampouco dos pacientes que estavam na fila de espera.

4.1 OBSERVAÇÃO DE ATENDIMENTOS AOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Conforme apontado, realizou-se a observação, com gravação autorizada pelas pessoas envolvidas (operadoras e usuários atendidos), de dois atendimentos efetuados com homens que cometiam violência contra a mulher. Nesses encontros, estavam presentes a operadora social e o homem, sendo que em um deles a esposa compareceu e participou do atendimento (também autorizando a observação e registro da consulta). Primeiramente, era contatada a operadora, para a qual eu pedia autorização para observar o atendimento. Após o aceite, essa operadora perguntava para o homem e, quando foi o caso, também para a mulher, se gostariam de participar da pesquisa. Solicitava-se, então, a autorização para observar e gravar o atendimento. Depois disso, eu era apresentada ao homem, ou a ele e à mulher, e esclarecia os objetivos da pesquisa. Nas duas situações, as pessoas a serem atendidas aceitaram participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os atendimentos realizados pela operadora com os autores de violência aconteciam semanalmente e tinham em média de uma hora e meia de duração. O tempo disponibilizado pela operadora para atender aos homens diferenciava-se dos demais atendimentos realizados pelas outras operadoras sociais. As demais profissionais mantinham um tempo menor de duração nos encontros com os usuários(as).

Foi possível perceber que havia um clima de confiança e respeito em relação a minha presença na sala juntamente com a operadora que atendia os autores de violência. Os autores de violência também se dirigiam a mim para contar e falar dos sentimentos em relação ao conflito com a esposa. Já a operadora parecia tranquila com a situação, demonstrando respeito e aceitação em relação à observação. Ao término da observação dos atendimentos realizados com os autores de violência contra mulher, a operadora fez algumas perguntas sobre a minha

opinião acerca do atendimento. Em relação aos sentimentos despertados em mim, pode-se dizer que, em muitos momentos, foi difícil lidar com as dúvidas e ansiedades da informante-chave decorrentes no atendimento ao autor de agressão. Como pesquisadora, tive de explicar que a minha função naquele serviço era observar o atendimento ao homem que comete violência contra mulher a fim de, posteriormente, contribuir na prática exercida com esses homens. Ela também se preocupava em me falar sobre o trabalho que realizava em relação aos autores de violência.

4.2 SUPERVISÕES COLETIVAS E REUNIÕES INFORMAIS

Durante o trabalho de campo, foi realizada a observação de três supervisões coletivas de relatos de casos, nas quais as operadoras sociais mantinham discussões e reflexões teóricas e práticas acerca do funcionamento do serviço e sobre os atendimentos das usuárias e dos usuários. Essas supervisões tinham em média duas horas de duração e aconteciam semanalmente.

Pode-se dizer que as supervisões coletivas foram um lugar privilegiado para a realização de observações por ser um local onde as psicólogas, assistentes sociais e a coordenadora reuniam-se para tratar de assuntos relacionados à organização do serviço e dos atendimentos. Nessas supervisões, foi possível observar também como se dava o relacionamento da equipe, as características dos atendimentos, as discussões e concepções sobre o diagnóstico, o tratamento, bem como o encaminhamento das pessoas atendidas no serviço à rede de assistência, entre outros elementos.

Apesar de essas supervisões constituírem um espaço de troca e interação, notaram-se algumas dificuldades quando se tratava dos homens que agrediam a mulher. Percebia-se que a operadora que os atendiam realizava o trabalho de forma isolada e, na maioria das vezes, executava um plano de trabalho individual. Mesmo que as colegas contribuíssem com os atendimentos aos autores de violência, tais contribuições eram marcadas por concepções muitas vezes excludentes em relação a eles.

Durante a realização do trabalho de campo, foram observadas também reuniões/discussões de casos informais entre as operadoras que estavam atendendo no serviço que aconteciam nas salas do serviço. Nessa sala de tamanho pequeno, tinha uma mesa redonda com cadeiras e um armário pequeno. Nesse mesmo local onde eram realizadas as

supervisões coletivas, existia também um espaço de grande interação, no qual as profissionais discutiam casos e trocavam informações referentes ao trabalho tanto entre elas e quanto comigo nos intervalos entre um atendimento e outro. Essas observações forneceram informações acerca da interação entre as operadoras e a forma como elas percebiam as situações atendidas. Parecia que essa prática era, entre outros elementos, uma forma de partilhar anseios, dúvidas e sofrimentos relativos ao trabalho desencadeados nas próprias profissionais. Tais observações aconteceram durante o período de trabalho de campo, de setembro de 2008 a fevereiro de 2009.

4.3 RETORNO AO SA E A QUESTÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em maio de 2009, retornei ao SA com o intuito de buscar mais informações a respeito das instituições que atendiam a demanda da violência na cidade e perguntei sobre os atendimentos aos autores de violência, bem como sobre o processo de encaminhamentos realizados diante da saída de algumas operadoras sociais que atendiam no serviço. Para minha surpresa, ao chegar pela manhã no serviço, encontrei somente uma psicóloga e a coordenadora. Fui, então, informada de que o serviço estava com apenas uma psicóloga atendendo, devido às transferências das outras operadoras por motivos administrativos. A coordenadora informou, assim, que a procuradoria já tinha tomado as providências judiciais para solucionar esse impasse. Segundo a coordenadora, a procuradoria esperava que até o dia 30 de maio de 2009 houvesse a contratação de outras duas operadoras para dar continuidade aos atendimentos prestados pelo CREAS.

Quando questionei a respeito do atendimento aos autores de violência, a coordenadora me informou que eles não estavam sendo atendidos porque, com essa redução de pessoal, o serviço iria priorizar os atendimentos às mulheres vítimas de violência conjugal. Foi então que ela referiu:

Aqui se prioriza a atenção à criança, depois idoso, depois à mulher e, por último, fica o autor. Ele é deixado por último. Acho que os serviços e profissionais têm preconceito em relação ao agressor, fica naquela ideia de que a vítima sofreu e o agressor deve ser punido! Não existe nenhuma lei que diga que a gente deve atender ao agressor, é o juiz que encaminha, se ele quiser, mas aqui não chega nenhum encaminhamento de nenhum lugar e

muito menos do juiz. Será que na delegacia da mulher não estão encaminhando os autores para algum serviço? Acho que tu deveria ir lá perguntar. Porque eu não sei o que está sendo feito quanto aos autores na cidade. Os nossos profissionais chamavam o autor porque queriam e achavam que deveria ser feita a sua intervenção. Mas agora, com uma psicóloga somente, fica ainda mais difícil.

Na mesma conversa, a coordenadora também relatou:

Porque eu não sei o que está sendo feito quanto aos autores na cidade (...). Acho que o juiz não encaminha os autores para cá porque nós nunca fomos lá dizer a ele que íamos realizar esse atendimento. Por isso ele não encaminha, eu acho.

A outra profissional que estava no SA e participava da conversa relatou que acreditava ser importante oferecer o atendimento ao autor de violência, embora não o realizasse. Ao falar também sobre a rede de assistência à violência praticada pelos homens contra mulheres no município, referiu que: *“Os serviços são precários, aqui na cidade só tem o SA que atende às vítimas de violência. Quem sabe lá no fórum exista um serviço que atende”*.

Nesses relatos, as operadoras indicaram a falta de interação entre os serviços que atendem à demanda da violência conjugal na cidade, pois demonstram desconhecimento e falta de informação no que se referia às ações desenvolvidas em outros locais e à existência do atendimento voltado ao autor de violência no SA.

Merece ainda destaque quanto às relações entre o serviço e a “justiça” o relato da profissional que atendia no SA. De acordo com essa atendente:

O nosso trabalho tem o objetivo de investigar e avaliar os casos de violência cometidos por parte dos autores contra as vítimas. A justiça nos encaminha para avaliação das vítimas e, caso ocorreu um abuso, encaminhamos o relatório que efetiva a punição dos autores. O serviço avalia e se realiza medidas punitivas ao autor.

O relato aponta para o fato de que as relações estabelecidas entre essas duas instâncias são caracterizadas pela perspectiva de punir o autor de violência, sem necessariamente disponibilizar medidas de educação e apoio a ele.

A partir dessa ida a campo no SA, resolvi aceitar as sugestões das profissionais e ir aos locais que, segundo as próprias profissionais, poderiam realizar algum tipo de apoio aos autores de violência na cidade. Assim, também entrei na “rota de encaminhamentos” do SA. De lá estive, de forma consecutiva, no foro e na delegacia de mulheres.

5 PERSEGUINDO A ROTA DE ASSISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA: ALGUMAS INDICAÇÕES PRELIMINARES

Conforme referido, por sugestões das operadoras do SA, procurei, em maio de 2009, o Foro do município onde foi realizada a pesquisa. Nesse foro, existe o Cates (Centro de Atendimento terapêutico e social do foro), serviço que atendia vítimas e vitimizados de processos litigiosos que eram encaminhados pelos juízes. Nesse momento, entendi que o Cates, como um serviço do foro, não interagia com o SA.

Os profissionais que atendiam no Cates eram psicólogos e assistentes sociais que trabalhavam voluntariamente e não atendiam homens que cometiam violência contra a mulher. Entretanto, a secretária disse que embora alguns fossem encaminhados pelo juiz, os autores de violência não compareciam aos atendimentos porque não era obrigatório. Perguntei o nome do juiz para que eu tentasse marcar uma entrevista, mas ela não soube me dizer, informando que esse juiz estava trabalhando atualmente em uma determinada vara crime.

Dirigi-me até a vara crime indicada, onde falei com um homem que parecia ser secretário. Ele não soube informar sobre os encaminhamentos referentes às mulheres vítimas e autores de violência e perguntou para uma colega que estava na mesma sala, sentada à mesa. Essa mulher informou em tom de voz alta que não encaminhavam para lugar algum, e continuando, declarou que a delegacia da mulher poderia informar-me melhor sobre isso.

Desloquei-me, então, à delegacia da mulher, onde na recepção, postadas em mesas de escritório, estavam duas mulheres, as quais me receberam com certo distanciamento. Ao perguntar sobre os encaminhamentos dos autores de violência para algum tipo de serviço de apoio, uma delas não soube dar qualquer informação. A outra respondeu que não realizavam esse tipo de procedimento ali e esclareceu:

Nós encaminhamos as mulheres para o SA, mas os autores não. Até porque, mesmo que nós encaminhássemos, eles não iriam. Sei que tem uma casa abrigo para as mulheres vítimas de violência, mas para os homens não tem nada não. Mas eu nem sei se nessa casa abrigo tem algum profissional, algum psicólogo que atenda.

Pedi, então, para marcar uma entrevista com a delegada e, diante de tal pedido, as moças sugeriram que eu mesma fizesse contato. A delegada aceitou conversar comigo, marcando prontamente um dia e horário para tanto.

5.1 ENTREVISTA NA DELEGACIA DE MULHERES

Marcada a data de entrevista com a delegada de polícia que trabalhava na Delegacia de Mulheres, fui até o local e horário combinados. Esperei por meia hora na sala de espera e pude observar alguns atendimentos realizados pelas secretárias da delegacia às mulheres que chegavam ao serviço. Depois que expliquei o objetivo e tema, a profissional aceitou o convite de participar da pesquisa e assinou o Termo de Consentimento.

No início da entrevista, a profissional relatou acerca do funcionamento da delegacia, procedimentos e encaminhamentos realizados. Revelou que não ofereciam aconselhamento nem encaminhamento aos serviços de atendimentos à violência existentes na cidade. *“Não, quem faz isso [encaminhamentos] é o serviço de assistência social. A gente pede que seja verificada essa situação. Aí eles que fazem o encaminhamento”*.

Quanto às dificuldades encontradas, a profissional da delegacia referiu os maiores problemas eram a inexistência de serviços que pudessem encaminhar as mulheres vítimas e autores de violência e a fragilidade no funcionamento de serviços que atuam na rede. Relatou que esse funcionamento é inadequado, devido à disponibilidade reduzida de vagas e funcionamento em horários que não estavam adaptados à realidade das denúncias da violência na cidade.

Dentre as medidas que a delegada acreditava serem importantes no enfrentamento da violência, estava a criação de serviços de apoio às pessoas no local onde se fazia a denúncia. Para essa profissional, poderia ser oferecido um atendimento psicossocial e jurídico no local onde se fazia a denúncia, ou seja, nas delegacias, assim poderia melhorar a resolutividade dos casos e facilitar o acesso das pessoas aos encontros e tratamentos. Quando questionada a respeito das ações voltadas ao autor de violência, conforme preconizado na Lei Maria da Penha, essa profissional referiu que acreditava ser importante inserir o autor de violência em programas de tratamento e re-educação para prevenir novas violências.

Um dado bastante importante da entrevista refere-se ao conhecimento a respeito de serviços que ofereciam apoio aos homens que cometem violência contra mulher na cidade e aos encaminhamentos realizados pela delegacia. A delegada não possuía essa informação e justificou o seu desconhecimento pela demanda enorme de serviço da delegacia, assumindo

que existiam algumas deficiências, sobretudo pela falta de tempo e disponibilidade de obter essa informação com a rede de atenção à violência na cidade. Conforme ela referiu: *“Mas aqui eu não sei como eles (serviços de apoio) estão tratando isso aí, se estão fazendo esses encaminhamentos (dos agressores) ou não. Isso seria só com eles para ver”*.

5.2 ENTREVISTA NO FORO

Logo após a ida à delegacia, entrei em contato com a vara crime indicada no foro para conseguir entrar em contato com o juiz responsável pelos processos relacionados à Lei Maria da Penha. Fiz contato por telefone e falei, primeiramente, com a sua assessora que não demonstrou disponibilidade de ser entrevistada quando perguntei se ela poderia me informar sobre as audiências, encaminhamentos, etc. Disse que estava trabalhando ali há pouco tempo e que não observava as audiências realizadas, porque só lidava com as documentações e materiais administrativos. Então me aconselhou a procurar o atual juiz substituto ou o juiz que executava essas ações no foro, porém não consegui realizar esse contato.

Procurei então o juiz que desempenhou o trabalho com mulheres vítimas de violência conjugal na vara criminal e que atendia essa demanda de violência contra a mulher alguns meses atrás. Esse profissional atuou durante dois anos na atenção aos processos de violência doméstica e estava afastado atualmente desse setor. Aceitou o convite para participar da pesquisa. Na entrevista, discorreu sobre os aspectos positivos da criação da Lei Maria da Penha e as mudanças do ponto de vista jurídico. O profissional do Fórum verbalizou que o aspecto punitivo da Lei Maria da Penha contribui com a diminuição de eventos relacionados à situação de violência contra a mulher. Um dos motivos levantados por esse juiz é o de que a prisão preventiva do homem que comete agressão contra a mulher pode representar para os outros homens e para toda comunidade uma medida de alerta para que os atos de agressão não se repitam, pois caso não houver obediência, poderá trazer consequências punitivas para o autor de violência.

Também para o magistrado a dificuldade enfrentada pelo juizado era a falta de serviços que disponibilizassem atendimentos às mulheres vítimas e autores de violência no município, quando esses mantêm processo de litígio em relação às questões do relacionamento conjugal, conflitos e desentendimentos que, além de causarem grandes prejuízos ao andamento dos processos judiciais, causam também desgaste emocional aos

envolvidos na cena da violência. E, ainda, relata que o serviço chamado de Centro de Atendimento terapêutico e social do foro (CATES) instalado no foro não conseguiria atender à grande demanda de casos que o judiciário encaminharia caso ele precisasse.

Em relação aos serviços que prestam atendimento ao autor de violência e mulheres vítimas de violência, o entrevistado disse que esses programas são de responsabilidade do poder executivo. O profissional verbalizou que, depois de implementados os programas de apoio aos autores de violência, o judiciário poderá, então, realizar os encaminhamentos. No entanto, confessou que existem poucas alternativas de encaminhamentos e, de acordo com ele, esse apoio está voltado preferencialmente às mulheres, às crianças e aos idosos.

Foi conversado, então, acerca das concepções do magistrado em relação aos aspectos envolvidos na violência conjugal e que alternativas ele pensava para a situação. De acordo com o juiz, uma sugestão, então, em relação ao processo de atendimento, foi criar programas assistenciais de permanência provisória voltados às mulheres vítimas de violência, nos quais elas pudessem desenvolver habilidades pessoais de autonomia e independência.

6 ANÁLISE

As anotações e transcrições referentes ao trabalho de campo foram organizadas em um corpus e sistematizadas em eixos de análise. Foram consideradas as falas/attitudes no contexto em que aconteciam. A totalidade das informações obtidas foi analisada conforme referencial teórico-conceitual adotado na pesquisa, refletindo-se sob o prisma das questões de gênero, bem como da literatura acerca da violência de gênero de forma geral e, mais especificamente, aquela relacionada à Lei Maria da Penha, aos serviços e à assistência voltada aos autores de violência, às concepções de profissionais sobre a violência conjugal e sobre os homens que cometem violência contra mulheres.

Após leitura minuciosa, foram identificados três principais eixos de análise, os quais serão detalhados no artigo que compõe a terceira parte desta dissertação: (1) Organização do serviço e o lugar dado aos homens autores de violência; (2) O diagnóstico; (3) Organização das ações voltadas aos autores de violência. Tais eixos indicam a forma como as operadoras entendiam a violência perpetrada pelo homem-agressor e como se posicionavam frente ao seu atendimento. Em cada categoria, buscou-se enfatizar as recorrências, particularidades e tensões relacionadas às falas analisadas, a partir dos contextos em que foram produzidas.

No primeiro eixo, “Organização do serviço e o lugar dado aos homens autores de violência contra mulher” descreve-se o funcionamento do SA, considerando-se as tensões e dificuldades do serviço em relação à assistência e esses homens. No segundo, “O diagnóstico” é abordado à maneira como as operadoras associam a masculinidade e a violência, discutindo a forma como definem os homens que cometem violência contra mulher e as explicações recorrentes dadas para a violência. Por fim, no terceiro eixo, a “organização das ações voltadas aos autores de violência” dá visibilidade à maneira como as ações voltadas aos autores de violência estavam organizadas no SA e à forma como eram percebidas pelas operadoras.

É importante ressaltar que inicialmente realizar-se-ia análise das práticas discursivas das operadoras em relação à violência perpetrada pelo homem contra a mulher e do atendimento prestado aos homens autores de violência, todavia houve modificação no momento da análise dos dados e optou-se por realizar um estudo etnográfico.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**, Porto. Editora Porto. 1975.

CASA NOVA, Maria, Fátima, Cristina, Poças, Amorim. **Atendimento a homens autores de violência conjugal: Um desafio do mundo contemporâneo**. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre. Programa de Pós-graduação Mestrado em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2005.

CORDEIRO, Ana Renata Lemos. "**Prevenção, punição e assistência: repertórios e jogos de posicionamento de profissionais sobre homens na rede de atenção à violência contra a mulher em Recife-PE**". [Dissertação de mestrado]. Recife. Universidade Federal de Pernambuco; 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. Parte 1, 1989

GREGORI, Maria Filomena; DEBERT, Guite Grin. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, (2008). 23:166-221.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/2004. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social**. Norma Operacional Básica. NOB/SUAS. 2005.

VICTORA, Ceres. Gomes. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: Uma introdução ao tema**. Tomo Editorial, 2000.

WINKIN, Yves. "Descer ao Campo" In: **A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: São Paulo. Editora Papirus, 1998.

SCHRAIBER, Lília Blima; GOMES, Romeu & COUTO, Márcia Tereza. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, (2005) 10: 7-17.

ARTIGO CIENTÍFICO
